

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS
-RELATÓRIO DE GESTÃO

CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

António Gonçalves Bragança Fernandes

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

António Domingos Silva Tiago

VEREADOR

Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga

VEREADORA

Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

VEREADOR

Jorge Luís Ferreira Catarino

VEREADOR

Mário Nuno Alves de Sousa Neves

VEREADOR

Paulo Fernando de Sousa Ramalho

VEREADORA

Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras

VEREADORA

Marta Moreira de Sá Peneda

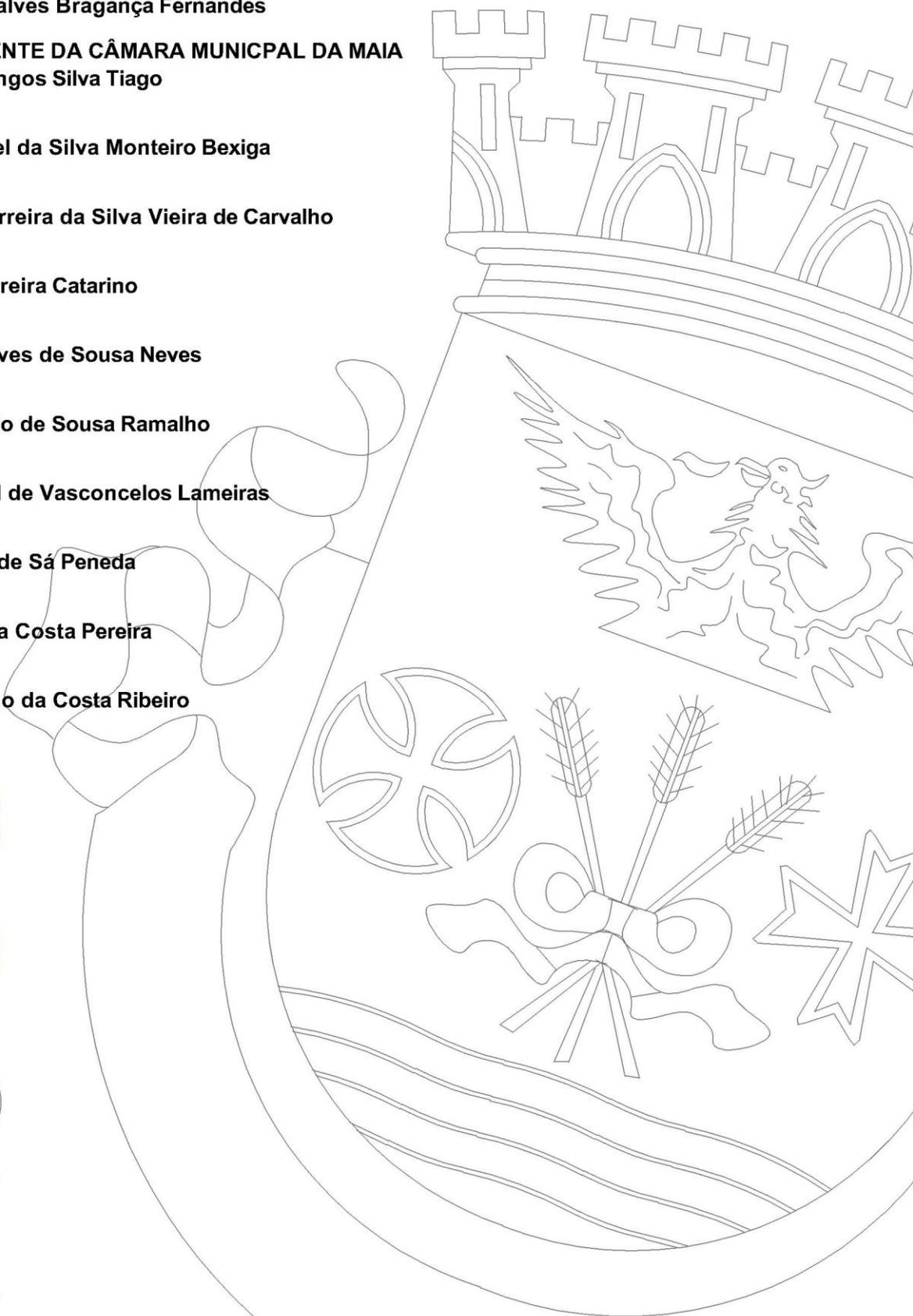
VEREADORA

Ana Virgínia da Costa Pereira

VEREADOR

Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

2013



2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO.....	13
CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	17
1. Serviços Municipalizados de Eletricidade, Água e Saneamento da Maia	19
2. Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.M.....	19
3. Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M	19
4. Academia de Artes da Maia – Produções Culturais, E.M.....	20
5. Empresa Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.....	20
ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA DA ATIVIDADE CONSOLIDADA	21
BALANÇO CONSOLIDADO.....	23
ATIVO.....	26
Imobilizado.....	26
Circulante.....	28
Disponibilidades	28
Dívidas de terceiros	29
Acréscimos e diferimentos ativos	30
PASSIVO	31
Dívidas a terceiros	31
Acréscimos e diferimentos passivos.....	33
FUNDOS PRÓPRIOS.....	34
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS	35
INDICADORES DE GESTÃO DA ATIVIDADE CONSOLIDADA.....	39
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS FINANCEIRAS	43
NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS.....	45
8.2 – NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS. 47	
8.2.1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:.....	47
8.2.2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:.....	49
8.2.3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação:	50
8.2.4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo:	51
8.2.5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros:	52
8.2.6. Informações relativas a compromissos:.....	53
8.2.7. Informações relativas a políticas contabilísticas:.....	54
8.2.8. Informações relativas a determinadas rubricas:.....	56
8.2.9. Informações diversas	63
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	65
ANEXOS DOCUMENTAIS DAS CONTAS CONSOLIDADAS.....	71

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

INTRODUÇÃO

“Consolidar para melhor avaliar “

A prossecução de atribuições e competências cada vez mais amplas, a par da exigência de qualidade na gestão pública local, impulsionaram os municípios a utilizar estruturas de serviços distintas das que outrora operavam, adequando os seus modelos organizacionais. De facto, os municípios deslocaram a sua atuação para outras organizações, nomeadamente as de natureza empresarial, que detêm ou controlam, passando assim a agir numa lógica de grupo municipal.

Neste contexto, uma visão global da situação financeira do grupo é prejudicada pela simples prestação de contas individuais de cada uma das entidades que o constituem. A análise individualizada dos documentos de prestação de contas e das atividades parcelarmente desenvolvidas, incluindo o município, não possibilita uma apreciação financeira integrada, firme, absoluta e completa, dificultando deste modo uma visão global do grupo, elementar para a tomada de decisão e a definição de estratégias.

A consolidação de contas nos municípios assume-se, assim, como indispensável para melhorar a informação económico financeira prestada pela administração local.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo, ainda, o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

De realçar ainda que a informação financeira proveniente das contas consolidadas, uma vez que permite melhorar o nível da avaliação do risco financeiro e o controlo e coordenação das diferentes entidades que interagem entre si, facilita a tomada de decisão e respetivo controlo por parte das entidades e do respetivo grupo municipal no que respeita ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, informação de relevância extrema para efeitos de controlo do défice público, e que converge de forma inequívoca no sentido das boas práticas de governança

Importa por isso, além das contas individuais que as autarquias são obrigadas a apresentar, apresentar também as contas consolidadas do grupo municipal em que a autarquia se enquadra, prerrogativa prevista na Lei das Finanças Locais.

Em termos de enquadramento legal aplicável ao exercício findo de 2013, destacam-se as alterações decorrentes do novo regime financeiro das Autarquias Locais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2014, revogando, entre outras, a anterior lei das finanças locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e que contém mudanças legislativas relevantes, distinguindo-se as respeitantes à execução e controlo orçamentais, ao regime de crédito e endividamento municipal, aos deveres de informação e transparência e à prestação de contas individuais e consolidadas

Na verdade, por força desta alteração legislativa e da sua redação final, para o exercício em análise no âmbito da prestação e consolidação de contas terão de ser aplicáveis dois regimes jurídicos distintos.

Se do ponto de vista de princípios substantivos, os procedimentos técnicos de consolidação aplicáveis regem-se pela legislação vigente a 31 de dezembro de 2013, ou seja, a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, do ponto de vista procedimental do reporte, as regras aplicáveis regem-se pela nova lei das finanças

loais - Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, ou seja, a contrário da prestação de contas individuais, que deverá ser apreciada pelo órgão deliberativo em sessão ordinária durante o mês de abril de 2014, os documentos de prestação de contas consolidados deverão ser aprovados pelo órgão executivo de modo a ser submetidos a apreciação do órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho de 2014.

Clarificada a lei das finanças locais habilitante em matéria de procedimentos substantivos aplicáveis à consolidação de contas do exercício em análise, Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e uma vez observado o disposto no n.º 1 do seu artigo 46.º, onde se lê que: *«Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas previstos na lei, as contas dos municípios que detenham Serviços Municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do Sector Empresarial Local devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados, com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longos prazos»*, conclui-se que a identificação das identidades que relevam para efeitos de consolidação em 2013 se faça nos mesmos moldes da gerência anterior.

Acrescenta-se, ainda, naquela norma legal (n.º 2) que *«Os procedimentos contabilísticos para a consolidação de balanços dos municípios e das empresas municipais ou intermunicipais são os definidos no POCAL»*, matéria que neste âmbito ainda não foi legislada, razão pela qual continua a ser aplicável a Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, intitulada de *“Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”*.

Desta forma, apresenta-se pelo quarto ano consecutivo a consolidação de contas do Grupo Municipal da Maia, desta feita relativamente ao exercício de 2013, que integra informação financeira consolidada reportada ao início do exercício, considerando-a para efeitos do respetivo relato.

Em benefício da necessária e conveniente sistematização dos diferentes dados financeiros e contabilísticos das entidades que constituem o Grupo Municipal, apresenta-se o relato estruturado em três capítulos.

Um capítulo introdutório dedicado à explanação das razões subjacentes ao processo de consolidação e à definição e caracterização das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Segue-se o relato de natureza económico-financeira, contendo o balanço consolidado e a demonstração de resultados consolidados, bem como uma abordagem genérica sobre a situação económica do grupo municipal, enumerando-se os aspetos de maior preponderância no exercício em análise, assim como em termos comparativos.

Num terceiro e último capítulo, são inseridos os anexos às demonstrações financeiras consolidadas, com destaque para as notas ao balanço consolidado e à demonstração de resultados consolidados. Este anexo é parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas, e contém um vasto conjunto de informações complementares e de quadros elucidativos que ajudam a compreender e a justificar a respetiva informação financeira e seus movimentos contabilísticos.

Ultima-se a apreciação das contas com a certificação legal das contas consolidadas.

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O **grupo público municipal** é formado pelo município (entidade-mãe) e pelo conjunto de entidades controladas, abrangidas pelo perímetro de consolidação.

Nos termos legalmente previstos, o perímetro de consolidação obrigatório do Município da Maia é constituído pelas entidades por este participadas à data de 31 de Dezembro do exercício económico a consolidar, de forma direta, em 100% do capital, e que fazem parte integrante do Sector Empresarial Local, e pelos Serviços Municipalizados.

Em tal conformidade, relativamente ao exercício económico de 2013, das entidades 100% detidas pelo Município, de forma direta, foram excluídas do perímetro de consolidação por não integrarem o sector empresarial local, as seguintes entidades:

- Fundo de Investimento de Imobiliário Maia Golfe;
- Fundo de Investimento Imobiliário Maia Imo;
- Fundo de Investimento Praça Maior;
- Fundação do Conservatório de Música da Maia.

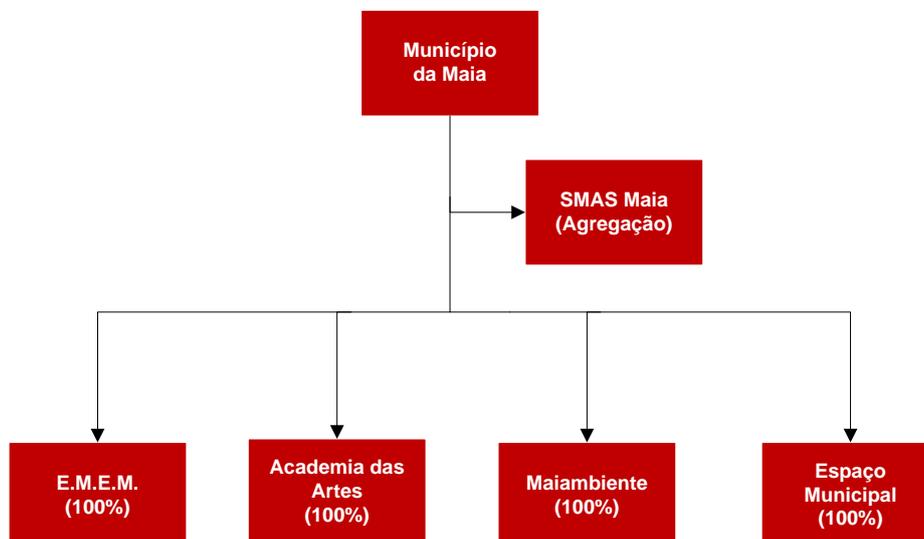
Deste modo, o perímetro de consolidação do Município da Maia apresenta a seguinte constituição no final do exercício de 2013:

Quadro 1

PERIMETRO DE CONSOLIDAÇÃO			
ANO 2013			
Identificação da Empresa	Sigla	%	Custo de Aquisição
Servidos Municipalizados de Águas, Eletricidade e Saneamento da Maia	SMAS Maia	NA	NA
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	E.M.E.M.	100,00%	124.699,47
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.M.	Academia das Artes	100,00%	49.879,78
Maiambiente, Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Maiambiente	100,00%	1.496.393,69
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Patrim., E.M.	Espaço Municipal	100,00%	12.811.337,98

Un: Euros

Organigrama do grupo



Do ponto de vista metodológico, regista-se que para as entidades do Sector Empresarial Local em que o Município da Maia participa, de forma direta, em 100% do capital, foi utilizado o método de consolidação integral, tendo sido utilizado o método da agregação para os Serviços Municipalizados.

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

**CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO
PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO**

1. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ELETRICIDADE, ÁGUA E SANEAMENTO DA MAIA

Os Serviços Municipalizados de Eletricidade, Água e Saneamento da Maia (SMEAS), criados em 9 de Agosto de 1947, dotados de autonomia administrativa, financeira e património próprio, têm como missão a distribuição de água potável no Concelho da Maia e a recolha, drenagem e tratamento das águas residuais nele produzidas.

2. MAIAMBIENTE – EMPRESA MUNICIPAL DO AMBIENTE, E.M

A Maiambiente EEM é uma empresa pública municipal criada, em 31 de Agosto de 2001, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal da Maia.

Tem como objeto principal, por delegação da Câmara Municipal da Maia, a remoção dos resíduos sólidos urbanos e equiparados a urbanos, a recolha seletiva de materiais recicláveis e a manutenção da higiene e limpeza dos locais públicos. A Maiambiente E.M. poderá exercer complementarmente atividades da natureza das estabelecidas anteriormente noutros concelhos do País ou participar em agrupamentos de empresas ou em sociedades constituídas para o efeito ou já existentes, mediante autorização expressa da Câmara Municipal da Maia. Poderá também exercer, com carácter acessório, outras atividades relacionadas com o seu objeto, designadamente a elaboração ou promoção de estudos de desenvolvimento estratégico, sustentabilidade e outros.

3. EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.M

A Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M., é uma empresa pública municipal criada, em 26 de Abril de 2000, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal da Maia.

Tem como objeto, por delegação da Câmara Municipal, a gestão de serviços de interesse geral e promoção do desenvolvimento local e regional, através, designadamente da:

- a) Instalação construção, instalação e gestão do sistema de estacionamento público pago, à superfície ou em estruturas executadas no solo ou subsolo na área do concelho;
- b) Elaboração, ou promoção de estudos de ordenamento de zonas destinadas ao estacionamento automóvel;

No âmbito do seu objeto poderá também:

- c) Proceder à gestão e comercialização direta ou indireta, de lojas e galerias comerciais preferencialmente implantadas em parques de estacionamento que estejam sobre a sua responsabilidade;
- d) Desenvolver, diretamente ou como empresa encarregada de gestão de concessões, a atividade de transporte coletivo de passageiros dentro da área do Município da Maia;

Para a prossecução dos seus fins, pode criar departamentos internos com autonomia funcional e administrativa, bem como constituir outras pessoas coletivas, subscrever ou adquirir participações em, sociedade civil ou comercial, sociedades reguladas por leis especiais ou cooperativas, sendo necessário para o efeito deliberação da Câmara Municipal da Maia.

4. ACADEMIA DE ARTES DA MAIA – PRODUÇÕES CULTURAIS, E.M

A empresa Academia de Artes da Maia – Produções Culturais, E.M., é uma empresa pública municipal criada, em 29 de Junho de 2000, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal da Maia.

Tem como objeto principal, por delegação da Câmara Municipal da Maia, a produção de eventos culturais, a gestão dos espaços culturais vocacionados para o desenvolvimento de atividades de índole cultural, Oficina de Teatro da Maia e Oficina de Imagem.

Na sequência da aprovação do novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, a Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, e por se enquadrar no seu artigo 62.º, foi obrigatoriamente encetado o processo de dissolução da empresa municipal Academia das Artes, a par da internalização dos serviços que constituíam o seu objeto contratual, com aprovação dos órgãos executivo e deliberativo, em 10 e 26 de Dezembro de 2012, respetivamente. Considerando que no final de 2013 ainda se encontrava em curso o processo de dissolução, a referida empresa municipal inclui-se no perímetro de consolidação.

No decurso do ano de 2013 foi ainda concluído o processo de fusão do Conservatório de Musica da Maia com incorporação na empresa Academia de Artes da Maia – Produções Culturais, E.M, de todos os bens, direitos e obrigações.

5. EMPRESA ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO, E.M.

A Empresa Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M. é uma empresa pública municipal criada, em 2001, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal da Maia.

Tem como objeto principal, por delegação da Câmara Municipal da Maia, a promoção da habitação social, a melhoria das condições habitacionais do Município da Maia, a gestão social, patrimonial e financeira dos bairros e outros fogos da empresa ou cuja administração lhe seja conferida e a participação em ações de renovação e de requalificação urbanística.

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA DA ATIVIDADE CONSOLIDADA

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

BALANÇO CONSOLIDADO

O Balanço retrata a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Municipal à data de encerramento do exercício 2013, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio do Grupo, que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos. A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado – ou Ativo Fixo – Ativo Circulante e Acréscimo e Diferimentos. Por seu lado, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

Quadro 2

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO GRUPO MUNICIPAL						
BALANÇO CONSOLIDADO						
Descrição	2013		2012		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo Líquido	499.798.955	100,00%	515.263.866	100,00%	-15.464.912	-3,00%
Imobilizado	468.694.340	93,78%	486.023.793	94,33%	-17.329.453	-3,57%
Circulante	27.191.357	5,44%	26.718.389	5,19%	472.968	1,77%
Existências	677.734	0,14%	1.255.360	0,24%	-577.626	-46,01%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	7.755.650	1,55%	8.997.931	1,75%	-1.242.281	-13,81%
Disponibilidades	18.757.972	3,75%	16.465.097	3,20%	2.292.875	13,93%
Acréscimos e Diferimentos	3.913.258	0,78%	2.521.684	0,49%	1.391.574	55,18%
Passivo	166.047.356	100,00%	174.226.831	100,00%	-8.179.476	-4,69%
Provisões para riscos e encargos	4.459.654	2,69%	3.396.660	1,95%	1.062.994	31,30%
Dívidas a Terceiros	74.403.292	44,81%	82.970.529	47,62%	-8.567.237	-10,33%
Médio e Longo Prazo	49.243.859	29,66%	56.982.687	32,71%	-7.738.828	-13,58%
Curto Prazo	25.159.432	15,15%	25.987.842	14,92%	-828.410	-3,19%
Acréscimos e Diferimentos	87.184.410	52,51%	87.859.642	50,43%	-675.232	-0,77%
Fundos Próprios	333.751.599	100,00%	341.037.035	100,00%	-7.285.436	-2,14%
Património	320.961.622	96,17%	321.235.268	94,19%	-273.646	-0,09%
Ajustamentos Partes Capital em Empresas	-307.312	-0,09%	1.158.051	0,34%	-1.465.363	-126,54%
Reservas	20.699.476	6,20%	20.440.772	5,99%	258.704	1,27%
Resultados Transitados	-384.966	-0,12%	-2.619.291	-0,77%	2.234.324	-85,30%
Resultado Líquido do Exercício	-7.217.221	-2,16%	822.235	0,24%	-8.039.455	-977,76%

Un.: Euros

Da análise ao Balanço Consolidado do Grupo Municipal, verifica-se que o Ativo Líquido Total no final do exercício de 2013 compreendeu o montante de 499.798.955 €, com correspondência em termos brutos a uma quantia de 764.665.740 €, o que representa uma variação de (-) 3% face ao ano de 2012.

Tal variação é explicada pela redução conjunta e maioritária, do ativo líquido do Município, (-) 3,44%, e da empresa Espaço Municipal, E.E.M., (-) 16,75%, as quais ocultam boa parte do acréscimo verificado no ativo das restantes entidades que compõem o perímetro.

Considerando os valores dos ativos imobilizados, que representam cerca de 93,78% do Ativo Líquido Total, é notória a forte influência do Município enquanto entidade consolidante (409.418.402 €), cuja representatividade é superior a 87%, tendência que se vem mantendo ao longo dos exercícios económicos.

Já o Passivo e os Fundos Próprios do Grupo Municipal atingiram no final de 2013 os montantes de 166.047.356 € e de 333.751.599 €, respetivamente, decrescendo ambos em relação a 2012, porém com mais impacto no passivo, e dentro deste nas dívidas a terceiros.

A redução do passivo consolidado tem sido uma tendência verificada ao longo dos últimos anos, mais uma vez corroborada em 2013, com uma variação de (-) 4,69%, em parte moderada por uma ligeira subida da dívida da empresa Espaço Municipal, E.E.M.

Teve contribuído relevante para a redução das dívidas a terceiros do Grupo Municipal, a diminuição do passivo do Município, em (-) 5,78%, em consequência do comportamento das suas duas componentes da dívida a terceiros, curto prazo e médio e longo prazo, como se relata nas contas individuais.

Tal como no exercício precedente, a rubrica de Acréscimos e Diferimentos é a que mais concorre para a formação do Passivo, representando cerca de 52,51%.

Nos Fundos Próprios consolidados destaca-se a rubrica correspondente ao Património do Grupo Municipal, no montante de 320.961.222 €, avocando cerca de 96,17% do agregado.

Prosseguindo a orientação dos maiores agregados que compõem o Balanço Consolidado, os Fundos Próprios reduzem (-) 2,14%, cujo impacto negativo adveio maioritariamente da entidade mãe, com principal origem nos Resultados Líquidos do Exercício.

No Quadro 3 proceder-se-á a uma apreciação mais detalhada de cada uma das componentes do imobilizado.

ATIVO

Imobilizado

Quadro 3

ATIVO LÍQUIDO IMOBILIZADO DO GRUPO MUNICIPAL							
Descrição	2013		2012		Variação		
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Bens de Domínio Público	104.859.821	22,37%	118.371.555	24,36%	-13.511.734	-11,41%	
Imobilizações Incorpóreas	730.287	0,16%	995.905	0,20%	-265.618	-26,67%	
Imobilizações Corpóreas	341.058.675	72,77%	337.785.937	69,50%	3.272.738	0,97%	
Investimentos Financeiros	22.045.557	4,70%	28.870.397	5,94%	-6.824.840	-23,64%	
TOTAL	468.694.340	100,00%	486.023.793	100,00%	-17.329.453	-3,57%	

Un.: Euros

Sendo constituído pelos bens de domínio público, imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, o Ativo Líquido Imobilizado do Grupo Municipal evidencia uma variação de (-) 3,57%, comparativamente ao ano anterior.

Das rubricas que constituem o imobilizado, os Bens Corpóreas figuram no Balanço Consolidado com a maior representatividade, 72,77%, imediatamente seguidos dos Bens de Domínio Público, com 22,37%, surgindo depois os Investimentos Financeiros, com 4,70%, e por fim as Imobilizações Incorpóreas, com 0,16%.

Com especial relevância, regista-se a diminuição nos bens de domínio público, em (-) 13.511.734 €, por força dos mesmos argumentos aludidos em sede de relato individual das contas da entidade mãe, uma vez que apenas esta entidade possui bens desta natureza, argumentos esses que se prendem com a passagem de imobilizado em curso para imobilizado firme do investimento referente ao Parque Urbano de Avioso, reclassificado como Imobilizações Corpóreas, e com as amortizações, que tiveram no ano em análise um incremento no valor de 9.089.504 €.

Em sentido inverso, o imobilizado Corpóreo apresenta um acréscimo de (+) 3.372.738 €, facto decorrente, sobretudo, da transferência de bens imóveis da empresa Espaço Municipal, E.E.M. para o Município, e da diferente forma de contabilização desses bens por parte daquela entidade, que os relevou nas rubricas de Investimentos Financeiros e de Mercadoria, a contrário do município que tudo contabilizou como Imobilizações Corpóreas.

No que aos Investimentos Financeiros diz respeito, a redução de (-) 23,64%, em parte explicada pelos motivos anteriormente expostos, resulta principalmente da desvalorização ocorrida nos fundos de investimentos imobiliários detidos pelo Município.

Por último, aparecem as Imobilizações Incorpóreas que apesar de demonstrarem uma redução de (-) 26,67%, em termos absolutos traduzem o valor de (-) 265.618 €, valor idêntico ao verificado no Município.

Encerra-se a apreciação da rubrica do imobilizado com a inserção dos Gráficos 1 e 2, demonstrativos das anteriores referências.

Gráfico 1

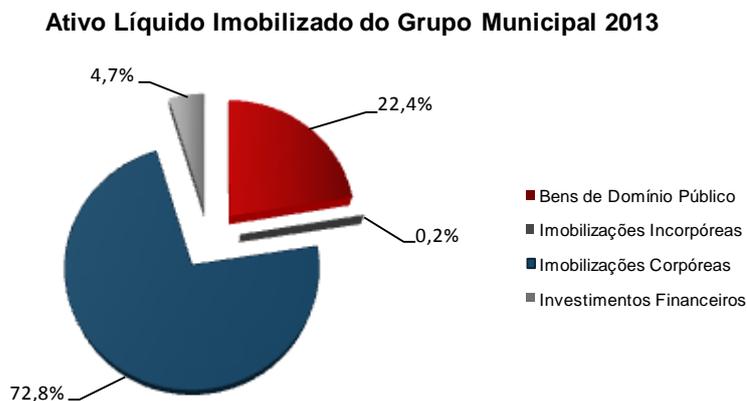
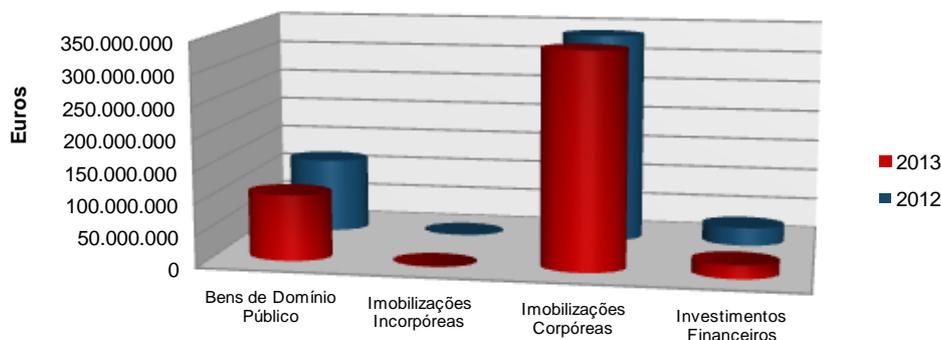


Gráfico 2

**Variação do Ativo Líquido Imobilizado do Grupo Municipal
2012/2013**



Circulante

O montante de 27.191.357 € pertencente ao Ativo Circulante representa 5,44% do total do ativo líquido, e é constituído pelas existências, pelas dívidas de terceiros e pelas disponibilidades, detendo esta a maior expressão com 69% do valor total do ativo circulante, onde mais de 51% do valor é pertença da entidade mãe.

Com exceção das disponibilidades, cujo valor aumentou 13,93%, quer as dívidas de terceiros quer as existências apresentam diminuições de (-) 13,81% e de (-) 46,01%, respetivamente, esta última devido à transferência dos imóveis contabilizados como existências da empresa Espaço Municipal E.E.M para o Município, como já foi referido anteriormente.

Pela sua significância, segue-se apreciação particularizada das componentes Disponibilidades e Dívidas de Terceiros.

Disponibilidades

O total de Disponibilidades do grupo municipal, no final de 2013, ascende a 18.757.972 €, sendo 18.152.203 € constituídos por depósitos em Instituições de Crédito, 350.769 € por valores em caixa e 255.000 € em Títulos Negociáveis.

Deste valor total, 14.205.770 € dizem respeito ao saldo de gerência de operações orçamentais, resultado do balanceamento entre o total de receita orçamental cobrada e o total da despesa orçamental paga no exercício, a que acresce o saldo inicial. No Quadro 4 caracteriza-se com maior detalhe a sua composição.

Quadro 4

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS			
	31-Dez-13	31-Dez-12	Variação %
RECEBIMENTOS			
Saldo inicial	11.823.516	5.641.691	109,57%
Receitas orçamentais	64.741.215	82.519.880	-21,54%
Correntes	62.608.955	78.042.619	-19,78%
Capital	2.122.508	4.473.848	-52,56%
Outras	9.752	3.413	185,74%
PAGAMENTOS			
Despesas orçamentais	62.358.961	76.338.051	-18,31%
Correntes	45.021.280	56.511.075	-20,33%
Capital	17.337.681	19.826.976	-12,56%
Saldo final	14.205.770	11.823.520	20,15%

Un: Euros

Centrando a análise na natureza dos movimentos financeiros do grupo municipal, ocorridos na gerência de 2013, verifica-se que:

- as entradas de fundos ascenderam a 64.741.215 €, sendo 62.608.955 € decorrentes das receitas correntes e 2.122.508 € de natureza de capital, justificando-se o residual de 9.752 € única e exclusivamente pelas reposições não abatidas nos pagamentos da entidade mãe;
- as saídas de fundos totalizaram 62.358.961 €, dos quais 45.021.280 € provêm de pagamentos de despesas correntes e o valor de 17.337.681 € das de natureza de capital.

Comparativamente a período homólogo, assinala-se o notório acréscimo do saldo das operações orçamentais do grupo, (+) 20,15%, contribuindo para esse aumento o saldo dos Serviços Municipalizados e da empresa Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M.

O valor contabilizado em Títulos Negociáveis respeita na íntegra a aplicações efetuadas pela empresa Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M. em Outras Aplicações de Tesouraria.

Dívidas de terceiros

Atendendo à materialidade das respetivas provisões os valores desta rubrica apresentam-se em termos Brutos.

Quadro 5

DÍVIDAS DE TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL									
ATIVO BRUTO									
	2013				2012				Variação 2013/2012
	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido Valor	Peso %	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido Valor	Peso %	
Empréstimos Concedidos	68.870	0	68.870	0,89%	71.969	0	71.969	0,80%	-4,31%
Client./Contrib./Utentes c/c (incl. cobrança duvidosa)	13.704.378	8.260.788	5.443.590	70,19%	13.265.010	8.279.609	4.985.402	55,41%	9,19%
Adiantamentos a Fornecedores	35	0	35	0,00%	35	0	35	0,00%	0,00%
Estado e Outros Entes Públicos	245.192	0	245.192	3,16%	245.880	0	245.880	2,73%	-0,28%
Outros Devedores (incl. cobrança duvidosa)	3.424.293	1.426.329	1.997.964	25,76%	5.325.484	1.630.839	3.694.645	41,06%	-45,92%
TOTAL	17.442.768	9.687.117	7.755.650	100,00%	18.908.379	9.910.448	8.997.931	100,00%	-13,81%

Un: Euros

Se em termos brutos o ativo do grupo municipal apresenta como Dívidas de Terceiros a quantia de 17.442.768 €, já em termos líquidos é muito menor o valor que o grupo tem a receber de terceiros, ao ascender a 7.555.650 €, circunstância que está diretamente relacionada com a constituição das correspondentes provisões, temática esta devidamente explicada na respetiva nota ao balanço e à demonstração de resultados.

É notório que o montante mais expressivo das dívidas desta natureza refere-se a cobrança duvidosa, para os quais foram constituídas provisões no valor de 9.687.117 €, em conformidade com as regras legalmente aplicáveis.

Em termos de evolução deste ativo líquido que indicia uma diminuição de (-) 13,81% face ao ano transato, da análise do Quadro 5 sobressai desde logo a diminuição da rubrica de Outros Devedores, em cerca de (-) 45,92%, facto que é comum a todas as entidades pertencente ao perímetro de consolidação. No entanto, destaca-se a empresa Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M”, que no decorrer de 2013 recebeu grande parte do valor que se encontrava em dívida no âmbito do “Projeto de Contentorização” bem como o Município da Maia com a redução na rubrica de Devedores de Transferências para as Autarquias Locais, já explicitado em sede de contas individuais.

Em contra ciclo, releva-se a rubrica de clientes com um acréscimo de (+) 9,19%, e que representa mais de 70% do total das dívidas de terceiros, e cujo contributo é sobretudo proveniente do Município e dos Serviços Municipalizados.

A rubrica de “Empréstimos Concedidos” respeita exclusivamente a empréstimos concedidos para financiamento e apoio às micro e pequenas empresas no Concelho da Maia no âmbito do Programa Finicia, ao abrigo do Protocolo Financeiro e de Cooperação celebrado pelo Município da Maia, enquanto entidade individual, incluindo ainda a parceria de uma Instituição de Crédito.

Acréscimos e diferimentos ativos

Do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios resulta a inclusão nas demonstrações financeiras, no ativo do balanço, das rubricas de Acréscimos de Proveitos e de Custos Diferidos, que conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento, cuja disposição se apresenta no Quadro 6.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS DO GRUPO CONSOLIDADO	
	3.913.258
Acréscimos de Proveitos	3.811.257
Custos Diferidos	15.470
Ativos por Impostos Diferidos	86.531

Un.: Euros

Os ativos por impostos diferidos estão relacionados com as diferenças temporárias dedutíveis Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.

PASSIVO

O passivo consolidado do grupo municipal com um valor de 166.047.356 €, é agregador de três rubricas com contributos individuais diferenciados: as provisões para riscos e encargos, com 4.459.654 €, as dívidas a terceiros com 74.403.292 € e, para finalizar com a parcela mais significativa, os acréscimos e diferimentos com 87.184.410 €.

Mantendo a tendência demonstrada pela empresa mãe, o passivo reflete deste modo uma quebra de (-) 4,69%, em relação ao ano anterior.

Dívidas a terceiros

A apreciação realizada neste âmbito atende à informação contida no balanço, integrando-se quer as operações orçamentais quer as não orçamentais.

Quadro 7

DÍVIDAS A TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL					
	2013	Peso	2012	Peso	Varição 2013/2012
Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo					
Empréstimos de médio e longo prazo	29.306.120	39,39%	36.602.927	44,12%	-19,94%
Fornecedores c/c - mlp	19.209.904	25,82%	19.437.356	23,43%	-1,17%
Fornecedores de Imobilizado mlp	727.835	0,98%	942.404	1,14%	-22,77%
Sub-Total	49.243.859	66,19%	56.982.687	68,68%	-13,58%
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo					
Amortizações de MLP exigíveis no Curto Prazo	7.734.714	10,40%	7.958.468	9,59%	-2,81%
Empréstimos de mlp - Amortizações exigíveis a c/p	7.252.418	9,75%	7.493.927	9,03%	-3,22%
Fornecedores c/c, mlp - Amortizações exigíveis a c/p	227.452	0,31%	199.020	0,24%	14,29%
Fornecedores de Imobilizado mlp - Amortizações exigíveis a c/p	254.845	0,34%	265.520	0,32%	-4,02%
Empréstimos de curto prazo	0	0,00%	60.000	0,07%	-100,00%
Adiantamentos por conta de vendas	8.164	0,01%	0	0,00%	-
Fornecedores c/c (incluindo faturas em receção e conferência)	2.662.589	3,58%	1.849.438	2,23%	43,97%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	29.941	0,04%	29.829	0,04%	0,37%
Fornecedores de Imobilizado (incluindo faturas em receção e conferência)	5.865.924	7,88%	1.819.060	2,19%	222,47%
Estado e Outros Entes Públicos:	606.608	0,82%	614.843	0,74%	-1,34%
Clientes e Utentes c/ cauções	1.841.564	2,48%	1.823.060	2,20%	1,01%
Outros Credores	6.409.928	8,62%	11.833.144	14,26%	-45,83%
Sub-Total	25.159.432	33,81%	25.987.842	31,32%	-3,19%
TOTAL	74.403.292	100,00%	82.970.529	100,00%	-10,33%

Un.:Euros

Também em matéria de endividamento autárquico consolidado, independentemente da sua natureza, conclui-se que a ação desenvolvida pelo grupo tem sido profícua, uma vez posicionados os saldos finais da dívida do exercício de 2013 em valores muito inferiores ao do *términus* da anterior gerência.

Na verdade, a dívida total do grupo municipal no final de 2013 ao representar 74.403.292 €, menos (-) 8.567.237 € que no ano transato, o que representa um decréscimo de (-) 10,33%, assegura a tendência de diminuição desde há muito iniciada pelo grupo.

Esta redução na dívida consolidada é sobretudo explicada, devido à sua materialidade, pelo decréscimo de (-) 7.296.808 € no endividamento de médio e longo prazo, que se reparte pelas suas diversas componentes de forma diferenciada, e que acolhe o maior impacto da rubrica de empréstimos, onde se

assume de forma inquestionável a influência da entidade mãe. Deste modo, no final de 2013 a dívida de médio e longo prazo totalizava 49.243.859 €.

Paralelamente, também a dívida de curto prazo, no valor de 25.159.432 € surge, em relação ao ano transato, diminuída em (-) 3,19%, com menos (-) 828.410 €, advindo a maior influência do agregado que não respeita às amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo que se vencem no exercício que se avizinha. Excluídas estas amortizações, o remanescente da dívida de curto prazo totaliza 17.424.718 €, evidenciando um decréscimo de (-) 604.657 €, cerca de (-) 3,35% face a 2012, também aqui fortemente dominado pelo comportamento da empresa mãe.

Neste agregado, ressalva-se contudo que qualquer análise comparativa ao nível das rubricas de fornecedores de imobilizado e outros credores, fica prejudicada considerando que tais variações, por força do trânsito em julgado do respetivo processo judicial, são integralmente imputáveis a uma conformação contabilística do débito relacionado com o Parque Urbano de Avioso, efetuado na empresa mãe no âmbito de um processo litigioso, e que foi exposto em sede de relato de contas individuais, não tendo contudo qualquer impacto na comparabilidade do total da dívida. A inexistir tal este reajustamento contabilístico, o montante da dívida registada em “Credores Diversos” diminuiria, mas não de forma expressiva, ao fixar-se em (-) 7%. Por outro lado, o montante da dívida registada em “Fornecedores de Imobilizado” teria baixado substancialmente, em (-) 33%.

Fica assim prejudicada a comparabilidade das supracitadas rubricas relativamente ao exercício económico anterior, em benefício do rigor da informação financeira reportada, quer em 2012, quer em 2013, sem prejuízo porém da comparabilidade do total da dívida.

Já em matéria de “Fornecedores conta corrente”, nada obsta a que se estabeleça uma análise comparada, verificando-se, neste âmbito, um incremento de 813.152 €, para o qual contribuiu principalmente o aumento da dívida da empresa Espaço Municipal, E.E.M., logo seguida da Maiambiente, E.E.M.

No Quadro 8 encontra-se refletida a contribuição de cada uma das entidades do grupo municipal em matéria de Dívida de Terceiros de Médio e Longo Prazo.

Observando o valor da dívida no balanço individual do Município é notória a sua preponderância nesta componente.

Quadro 8

DÍVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZO DO GRUPO MUNICIPAL							
Descrição	Fornecedores c/c	Empréstimos Obtidos	Fornecedores Imobilizado	2013		2012	Variação
				Valor	Peso	Valor	
MUNICIPIO DA MAIA	0	36.493.707	687.262	37.180.969	65,25%	44.887.283	-17,17%
SMAS MAIA	19.437.356	0	252.039	19.689.395	34,56%	19.891.518	-1,02%
EMEM	0	0	0	0	0,00%	0	-
ACADEMIA ARTES	0	0	0	0	0,00%	0	-
MAIAMBIENTE	0	0	0	0	0,00%	6.295	-100,00%
ESPAÇO MUNICIPAL	0	0	108.210	108.210	0,19%	156.059	-30,66%
TOTAL	19.437.356	36.493.707	1.047.511	56.978.574	100,00%	64.941.155	-12,26%

Un: Euros

NOTA: Inclui as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo exigíveis a curto prazo

Atendendo os valores apresentados, conclui-se que a maioria do endividamento de médio e longo prazo do grupo, advém da Câmara Municipal, com cerca de 65,25%, seguido pelo SMAS que contribui com 34,56%, montante que respeita à dívida a empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, consolidada até 31 de Dezembro de 1988. Por último surge a Espaço Municipal, E.E.M, com 0,19%, valor pouco expressivo face aos restantes.

A título complementar insere-se o Quadro 9, representativo da composição da dívida desta natureza no final da gerência de 2014, concretizadas que sejam as respetivas amortizações exigíveis a curto prazo, perspetivando-se uma nova redução, acima dos (-) 13,5%.

Quadro 9

PREVISÃO DA ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO DO GRUPO MUNICIPAL			
Descrição	Capital em Dívida a 31/12/2013	Amortizações da Dívida M LP	Capital em Dívida a 31/12/2014
Município			
Empréstimos de Médio e Longo Prazo			
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Banco Totta e Açores	8.127.044	2.785.527	5.341.517
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BPI	5.883.677	2.016.618	3.867.060
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Santander Totta - PREDE	752.732	752.732	0
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Estado - PREDE	5.018.213	501.821	4.516.392
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BBVA	5.295.123	305.754	4.989.368
Empréstimo Bancário de M.L.P. ao abrigo da linha de Crédito Bonificado - CGD	114.6.919	889.966	10.526.953
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo - Millennium BCP	687.262	211.465	475.797
	37.180.969	7.463.883	29.717.086
Espaço Municipal			
Locações Financ. - Totta Crédito	92.985	29.610	63.375
Locações Financ. - Caixa Leasing	15.224	13.769	1.455
	108.210	43.379	64.830
SMAS			
Fornecedores c/c - Médio e Longo Prazo - Electricidade de Portugal, S.A.	19.437.356	227.452	19.209.904
Fornecedores Imobilizado c/ cauções	252.039	0	252.039
	19.689.395	227.452	19.461.943
Total	56.978.574	7.734.714	49.243.859

Un: Euros

Acréscimos e diferimentos passivos

Do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios resulta a inclusão nas demonstrações financeiras, no passivo do balanço, das rubricas de acréscimos de custos e de proveitos diferidos, cuja constituição se demonstra de seguida.

Quadro 10

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS DO GRUPO CONSOLIDADO	
	87.184.410
Acréscimos de Custos	5.081.903
Proveitos Diferidos	81.471.534
Passivos por Impostos Diferidos	630.973

Un: Euros

O valor de 81.471.534 € contabilizado como Proveitos Diferidos está fundamentalmente associada a subsídios para investimentos, a título de participações, oportunamente aprovadas no âmbito de projetos homologados ao abrigo dos Quadros Comunitários de Apoio ou de Protocolos e Contratos-

Programa para o efeito celebrados. Este valor tem vindo a ser progressivamente transferido numa base sistemática para proveitos, acompanhando a contabilização das amortizações dos ativos financiados, estando sobretudo indexados ao balanço individual da entidade consolidante.

Verifica-se um aumento de 75,18% na rubrica de Acréscimos de Custo, sustentado por um lado na especialização na íntegra do mês de férias e subsídio de férias a pagar no ano de 2014, o que não aconteceu no ano anterior por força da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2012), situação que é transversal a todas as entidades que compõem o perímetro. Outro elemento influenciador desta rubrica trata-se da contabilização dos juros por parte da entidade mãe, facto já explorado no relatório individual.

Os passivos por impostos diferidos estão integralmente relacionados com diferenças temporárias tributárias na empresa Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.E.M..

FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios do Grupo Municipal demonstram, no final de 2013, um total de 333.751.599 €, revelando face ao ano anterior uma quebra de (-) 2,14%, fruto da oscilação negativa de quase todas as rubricas que compõem os mesmos.

O impacto na diminuição dos Fundos Próprios, no montante de (-) 7.285.436 €, proveio do resultado líquido do exercício e dos ajustamentos de partes de capital em empresas, gerados essencialmente pela entidade mãe, e que foram atenuados pela variação positiva dos resultados transitados, estes associados aos Serviços Municipalizados.

A diferença existente entre o total dos Fundos Próprios e Resultados nas contas consolidadas e o total dos Fundos Próprios e Resultados das contas individuais do Município é justificada pelos seguintes fatores:

- Integração das contas do SMAS no Consolidado do Grupo Municipal, não estando os ativos líquidos de passivos refletidos nas contas individuais do Município;
- Diferenças nas políticas contabilísticas adotadas pelas diferentes participadas, e consideradas no Método de Equivalência Patrimonial, face àquelas que são adotadas nas contas consolidadas, tal como apresentado na nota 8.2.7 dos Anexos às Demonstrações Consolidadas Financeiras.

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS

Quadro 11

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS			
	2013	2012	Varição
CUSTOS E PERDAS			
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	4.877.137	4.547.132	7,26%
Fornecimento e Serviços Externos	20.506.376	20.984.531	-2,28%
Custos com Pessoal	26.599.274	24.434.185	8,86%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	2.614.705	3.576.387	-26,89%
Amortizações do Exercício	20.443.898	20.676.355	-1,12%
Provisões do Exercício	1.703.882	1.016.469	67,63%
Outros Custos e Perdas Operacionais	1.478.251	1.280.309	15,46%
(A)	78.223.523	76.515.369	2,23%
Custos e Perdas Financeiras	6.651.399	3.858.610	72,38%
(C)	84.874.922	80.373.979	5,60%
Custos e Perdas Extraordinárias	5.710.607	4.641.643	23,03%
(E)	90.585.529	85.015.622	6,55%
Imposto Estimado	16.489	149.098	-88,94%
(G)	90.602.018	85.164.720	6,38%
Resultado Líquido do Exercício	-7.217.221	822.235	-977,76%
	83.384.797	85.986.955	-3,03%
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas e Prestação de Serviços	28.075.604	27.401.554	2,46%
Impostos e Taxas	34.196.293	36.450.365	-6,18%
Proveitos Suplementares	168.178	204.112	-17,60%
Transferências e Subsídios Obtidos	15.098.673	14.777.892	2,17%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	18.751	34.107	-45,02%
(B)	77.557.499	78.868.030	-1,66%
Proveitos e Ganhos Financeiros	462.636	431.557	7,20%
(D)	78.020.135	79.299.587	-1,61%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	5.364.662	6.687.368	-19,78%
(F)	83.384.797	85.986.955	-3,03%
RESUMO			
Resultados Operacionais antes das amortizações e provisões	21.481.756	24.045.485	-10,66%
Resultados Operacionais após das amortizações e provisões: (B-A)	-666.024	2.352.661	-128,31%
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)	-6.188.763	-3.427.053	-80,59%
Resultados Correntes: (D-C)	-6.854.787	-1.074.392	-538,02%
Resultados antes de imposto: (F-E)	-7.200.732	971.333	-841,33%
Resultados Líquido do Exercício:	-7.217.221	822.235	-977,76%

Un.: Euros

À semelhança do Balanço Consolidado, também na Demonstração Consolidada de Resultados o grupo Município da Maia apresenta um decréscimo em relação ao ano anterior a nível de todos os seus resultados, e em conformidade com os anos transatos, é o Município, como entidade mãe que contribui de forma determinante para a sua formação.

Globalmente os Resultados Operacionais, a par com os Resultados Financeiros, com uma influência preponderante destes últimos, são os que mais concorrem para o decréscimo de (-) 8.039.455 € nos Resultados Líquidos do grupo.

Nos custos e perdas operacionais, assinala-se a preponderância das despesas com pessoal, a registarem um aumento no valor de 2.165.089 €, justificado pela obrigatoriedade imposta pela Lei do Orçamento do Estado para 2013, dos pagamentos do subsídio de férias e de natal, dada a declaração de

inconstitucionalidade da norma que suspendia o pagamento aos funcionários com remunerações base superior a 1.100 € e redução proporcional àqueles que auferem entre 600 € e 1.100 €, abrangendo todas as empresas do perímetro de consolidação.

O reforço das Provisões, no montante de 687.413 €, provém essencialmente dos processos judiciais em curso da entidade consolidante.

Com tendência inversa aparecem as Transferências e Subsídios Correntes Concedidos, cujo decréscimo no valor de (-) 961.682 €, é originado, sobretudo, pela diminuição dos subsídios atribuídos pelo Município às entidades fora do perímetro de consolidação.

Quanto aos Fornecimentos e Serviços Externos, verifica-se uma diminuição na ordem dos (-) 2,28% por influência de todas as entidades, com exceção da Empresa Municipal de Estacionamento, E.E.M e da Maiambiente, E.E.M que apresentam ligeiros aumentos.

No âmbito dos Proveitos e Ganhos Operacionais, a rubrica com maior contributo para a formação do resultado são os Impostos e Taxas, que se assumem como a maior fonte de receita municipal, e que reduziram (-) 2.254.073 €, fruto das variações da receita cobrada por parte do Município referente a impostos.

Com comportamento inverso surgem as Vendas e Prestações de Serviços, com uma representatividade de 36,20%, cujo aumento é integralmente imputável à contribuição da Maiambiente, E.E.M e Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Património, E.E.M., sobretudo explicado pelo incremento da cobrança das TRSU - Taxas de Resíduos Sólidos Urbanos, a que se seguem as rendas de habitação social.

Também as Transferências e Subsídios Obtidos obtiveram um ligeiro aumento de 2,17% em relação ao ano transato, com origem no Município e na empresa Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Património, E.E.M..

Nestes termos a atividade operacional do grupo municipal, a exemplo da atividade do município, continua a ser a componente mais relevante de toda a atividade autárquica, importando de igual modo assinalar que neste exercício uma vez isolada das amortizações e provisões, origina Resultados Operacionais positivos, não obstante a diminuição dos proveitos e o aumento dos custos.

Os Proveitos e Ganhos Financeiros, com um aumento de 7,20% face a 2012, são fortemente influenciados pela entidade-mãe.

No que respeita aos Custos e Perdas Financeiras, estes traduzem um aumento de 2.792.789 €, provocados, na sua maioria, pelo registo na componente de Perdas em Entidades Participadas dos resultados líquidos negativos, relativos aos Fundos de Investimento Imobiliário e à Tecmaia - Parque Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., por parte da empresa consolidante.

Para o aumento de 23,03% dos Custos e Perdas Extraordinários, contribui, significativamente, a menos valia obtida pela empresa Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Património, E.E.M. aquando da alienação dos bens imóveis para o Município, no âmbito da escritura de Dação e Cumprimento.

Do lado dos Proveitos e Ganhos Extraordinários, verifica-se uma diminuição de (-) 1.322.706 €, gerada fundamentalmente pela rubrica Imputação de Subsídios para Investimento da Maiambiente, E.E.M..

A explicitação particularizada dos Resultados Financeiros e Extraordinários consta em pontos próprios inseridos nas Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados.

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

**INDICADORES DE GESTÃO DA ATIVIDADE
CONSOLIDADA**

Quadro 12

INDICADORES FINANCEIROS

INDICADORES		2013		2012		Varição (2013/2012)	OB S ERVA ÇÕES		
1	SUSTENTABILIDADE A MÉDIO E LONGO PRAZOS	Solvabilidade I	Fundo Patrimonial	333 75659	20100%	340037 035	195,7%	2,05%	Os indicadores de solvabilidade medem a capacidade financeira global de a entidade poder solver melhor ou pior a totalidade dos seus compromissos, isto é, evidenciam se os capitais próprios são ou não suficientes para solver a dívida (de curto, médio ou longo prazo). PGE, assim, em desfaço o grau de independência da entidade em relação aos seus credores.
			Passivo	160 047350		174 220831			
	Solvabilidade II	Activo Líquido	499 798955	30100%	515203 800	295,7%	1,79%	Este indicador, em função do activo e do passivo, dá a solvabilidade em sentido estrito, devendo ser superior a 100%, pois caso seja inferior à unidade evidencia uma situação líquida negativa.	
		Passivo	160 047350		174 220831				
3	Autonomia Financeira	Fundo Patrimonial	333 75659	60,78%	340037 035	60,6%	0,09%	Este indicador evidencia a parte do activo coberto pelo fundo patrimonial, ou seja, compara o capital próprio com a aplicação de fundos. Quanto o maior o valor do rácio, tanto menor será a dependência da entidade face a financiamentos externos, o que lhe dará maior autonomia, ou seja, maior solvabilidade. Um valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. Deveser superior a 33%	
		Activo Líquido	499 798955		515203 800				
4	EQUILÍBRIO DE CURTO PRAZO	Liquidez Geral	Activo Circulante	27 49357	100,0%	20 78 389	102,8%	5,3%	O presente indicador mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo activo circulante, ou seja, mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo utilizando os montantes de disponibilidades, clientes, contribuintes e outras existências. (Nota: não inclui, em ambos os casos, os montantes relativos a créditos cíveis e diferimentos). Deveser superior a 100% - situação em que se verifica um equilíbrio financeiro mínimo. Se for inferior a 100% mostra a impossibilidade da entidade de cumprir os pagamentos referentes a débitos a curto prazo (um ano). Quanto maior for o resultado do indicador, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos adequados.
			Passivo Circulante	25 69432		25987 842			
5	Liquidez Imediata	Disponibilidades	11 757972	74,59%	11465 057	63,30%	9,09%	É inferior ao anterior, mas considerando apenas o valor das disponibilidades. Deveser >90%	
		Passivo Circulante	25 69432		25987 842				
6	IMOBILIZAÇÕES	Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes	382 935458	80,2%	388 09 722	819,9%	-0,22%	A aquisição de imobilizado deve processar-se, em regra, através de capitais que não sejam exigíveis a curto prazo, isto é, através de capitais permanentes (fundo patrimonial + financiamentos de MLF). Avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes, sendo complementar ao indicador de liquidez geral. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo.
			Imobilizado Líquido	408 094340		480 023733			
7	Percentagem de imobilizado líquido total	Imobilizado Líquido	408 094340	93,78%	480 023733	94,33%	-0,55%	Permite medir a importância relativa do imobilizado no conjunto do activo líquido da entidade. Quanto maior a % maior a rigidez e a falta de liquidez associda à estrutura do activo da entidade.	
		Activo Líquido	499 798955		515203 800				

INDICADORES FINANCEIROS

INDICADORES			2013		2012		Varição (2013/2012)	OBSERVAÇÕES
EMENDAMENTO	Endividamento	Passivo	180 047 358	33,22%	174 228 831	33,81%	-1,75%	Mede o peso dos capitais afetados no financiamento das atividades da subunidade.
		Activo Líquido	458 798 956		516 203 888			
	Endividamento de M LP	Dívidas de M LP	45 243 859	9,85%	58 982 887	10,81%	-10,91%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital afecto de M LP utilizado pela entidade.
		Activo Líquido	458 798 956		516 203 888			
	Endividamento - Empréstimos de M LP	Empréstimos de M LP	25 308 650	5,38%	38 882 527	7,51%	-17,80%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de M LP contraídos pela entidade.
		Activo Líquido	458 798 956		516 203 888			
	Endividamento de CP	Dívidas de Curto Prazo	25 159 432	5,03%	25 987 942	5,04%	-0,01%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital afecto de curto prazo utilizado pela entidade. As dívidas de curto prazo correspondem ao passivo circulante unicamente referido, não incluindo, por isso, as acréscimos e diferimentos.
		Activo Líquido	458 798 956		516 203 888			
	Endividamento - Empréstimos de CP	Empréstimos de Curto Prazo	0	0,00%	80 000	0,01%	-100,00%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de curto prazo contraídos pela entidade.
		Activo Líquido	458 798 956		516 203 888			
	Estrutura de Endividamento I	Dívidas de M LP	45 243 859	29,80%	58 982 887	32,74%	-8,32%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de M LP. Quando maior for o rácio de dívida a longo prazo menor será o peso das dívidas de curto prazo, incluindo os acréscimos e diferimentos, no activo total, implicando, nesse caso, menores pressões sobre a tesouraria.
		Passivo	180 047 358		174 228 831			
	Estrutura de Endividamento II	Dívidas de Curto Prazo	25 159 432	1,57%	25 987 942	15,52%	138%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, excluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos. Complementar o indicador anterior.
		Passivo	180 047 358		174 228 831			
ESTRUTURA DE CUSTOS	Peso das despesas com pessoal	Custos com Pessoal	28 556 274	29,38%	24 434 185	28,74%	2,6%	Exprime o peso das despesas com pessoal no total dos custos da entidade.
		Total de Custos	98 585 529		85 016 822			
	Peso das Transferências e Subsídios	Transferências e Subsídios	2 818 705	2,85%	3 570 387	4,2%	-3,15%	Exprime o peso das transferências e dos subsídios no total dos custos da entidade.
		Total de Custos	98 585 529		85 016 822			
	Peso dos Fornecimentos e Serviços Externos	FSE	20 506 378	22,04%	20 984 531	24,80%	-8,25%	Exprime o peso dos fornecimentos e serviços externos no total dos custos da entidade.
		Total de Custos	98 585 529		85 016 822			
	Peso dos custos financeiros	Custos financeiros	8 051 589	7,94%	3 836 810	4,54%	81,78%	Exprime o peso dos custos financeiros no total dos custos da entidade.
		Total de Custos	98 585 529		85 016 822			

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS
FINANCEIRAS**

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

**NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS**

8.2 – NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

8.2.1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

a) Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Quadro 13

ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO								
Denominação	N.º P.º C.º N.º I.º F.º	Sede Social	Actividade Principal	Motivo da Inclusão		N.º Médio de Trabalhadores por categorias		
				Detenção da Totalidade do Capital		2013	2012	Categorias
				Directa	Indirecta	N.º	N.º	
Município	505 387 731	Praça Dr. José Vieira de Carvalho 4474-006 Maia	Administração Local	100%	-	1087	1074	
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.E.M	504 830 783	Praça Dr. José Vieira de Carvalho Torre Municipal, 1º Piso 4474-006 Maia	Gestão de serviços de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, através, designadamente da: a) Instalação e gestão de sistemas de estacionamento público pago, à superfície ou em estruturas executadas no solo ou subsolo, no território do concelho da Maia. b) Elaboração ou promoção de estudos de ordenamento de zonas destinadas ao estacionamento automóvel.	100%	-	22	22	
ACADEMIA DAS ARTES DA MAIA - Produções Culturais, E.M.	504 925 229	Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia	Produção de eventos culturais e ainda participar/gerir sociedades cujo objectivo seja a construção/ exploração de parques temáticos; construir, explorar e gerir imóveis cujo fim se destine ao desenvolvimento de actividades artístico-culturais; proceder/ encomendar estudos, inquéritos e projectos; celebrar contratos-programa com organismos públicos e privados.	100%	-	0	30	Vide Anexo V
MAI AMBIENTE - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	505 060 868	Rua 5 de Outubro, n.º 359 Milheirós 4475-302 Maia	Remoção dos resíduos sólidos urbanos	100%	-	129	126	
ESPAÇO MUNICIPAL - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M	505 462 583	Rua Dr. Carlos Felgueiras, n.º 161 4470-157 Maia	Promoção Imobiliária / Gestão de Rendas	100%	-	26	25	
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA MAIA	680 015 124	Rua Dr. Carlos Felgueiras 4471-909 Maia	Distribuição de Água, recolha e tratamento de águas residuais	100%	-	166	168	

b) Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

Quadro 14

ANO 2013					
ENTIDADES EXCLUÍDAS DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO					
Denominação	N.P.C. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Participação Detida	Motivos da Exclusão
Águas do Douro e Paiva, S.A.	503 537 624	Rua de Vilar, n.º 235 - 5º Apartado 55445 4050-626 Porto	Captação, Tratamento e Distribuição de Água	2,7%	Não integra o SEL
Águas do Noroeste, S.A.	509 436 595	Lugar de Gaído Barcelos 4755-045 Areias de Vilar	Captação, Tratamento e Distribuição de Água	2,17%	Não integra o SEL
MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	504 475 606	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva Edifício Ciência II, n.º 11- 3º B - Taguspark 2740-120 Porto Salvo	Produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; concepção e gestão de sistemas de informação geográfica; produção e comercialização de dados; desenvolvimento e gestão de projectos de internet e intranet; concepção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua actividade social; consultoria em sistemas de informação. Trabalho aéreo. Formação nas áreas da sua actividade social (formação profissional).	4,64%	Não detida a 100%
NET - Novas Empresas e Tecnologias, S.A.	501919 872	Rua de Salazares, n.º 842 4449-002 Porto	Promover e apoiar a criação e desenvolvimento de pequenas e médias empresas que explorem negócios novos ou utilizem tecnologias inovadoras.	0,22%	Não detida a 100%
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	504 569 244	Rua Eng.º Frederico Ulrich, n.º 2650 4470-605 Moreira da Maia	Gestão do Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	51,00%	Não detida a 100%
PORTGÁS - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	501991476	Rua Linhas de Torres, n.º 41 4350-244 Porto	Distribuição de gás natural, bem como a produção e distribuição de outros gases combustíveis canalizados e, ainda, outras actividades relacionadas com o objecto principal, designadamente a produção e comercialização de equipamentos de queima, nos termos em que tal lhe for legalmente permitido	0,24%	Não integra o SEL nem é detida a 100%
PRIMUS - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A.	504 558 161	Avenida dos Aliados, n.º 236 - 4º Esq. 4000-065 Porto	Desenvolvimento regional com acção na promoção, concepção, elaboração, realização e gestão de projectos de ordem económica e social na área geográfica onde se inserem.	0,06%	Não detida a 100%
Metro do Porto, S.A.	503 278 602	Avenida Fernão Magalhães, n.º 1862 - 7º 4350-158 Porto	Exploração de um sistema de metro ligeiro na AMP	0,000%	Não integra o SEL nem é detida a 100%
Fundação do Conservatório de Música da Maia	509 158 218	Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia	Gestão do Conservatório de Música da Maia e outros organismos de carácter formativo e pedagógico, a gestão de espaços municipais de natureza cultural, bem assim como o desenvolvimento de outras actividades, incluindo a prestação de serviços, que visem, o desenvolvimento cultural da população do Concelho da Maia.	100%	Não Integra o SEL
Hospital Lidador, S.A.	508 178 738	Sede Santa Casa Misericórdia Maia Avenida Visconde Barreiros s/n	Criação, exploração e administração de estabelecimentos e unidades privadas ou públicas de saúde, clínicas, hospitais e clubes de saúde que tenham por objecto a prestação de quaisquer serviços médicos ou de enfermagem, com internamento ou sala de recobro e outros serviços clínicos especializados e meios auxiliares de diagnóstico	10,00%	Não detida a 100%

Quadro 15

ENTIDADES EXCLUÍDAS DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO					
Denominação	N.º P.º C.º N.º I.º F.º	Sede Social	Actividade Principal	Participação Detida	Motivo da Exclusão
Associação Nacional de Municípios	501627 43	Av. Marnoco e Sousa, n.º 52 3004-511 Coimbra	Defesa, promoção e dignificação do Poder Local	Quota Inicial de 4.340	Não integra o SEL
Área Metropolitana do Porto	502 823 305	Av. dos Aliados, n.º 236 - P 4000-065 Porto	Persecução de interesses municipais e intermunicipais	Quota Inicial de 19.917	Não integra o SEL
LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	501394 192	Rua da Morena, n.º 805 4435-996 Baguim do Monte	Gestão e Tratamento de Resíduos	Quota Inicial de 19.378	Não integra o SEL
Maiainova	505 460 718	Rua Eng.º Frederico Ulrich, n.º 2650 4470-605 Moreira da Maia	Promoção da inovação, do desenvolvimento económico, social e cultural e também a utilização racional da energia, a optimização do aproveitamento dos recursos energéticos e o alargamento das boas práticas do planeamento, na gestão, na construção e na mobilidade sustentável	Quota Inicial de 5.000	Não detida a 100%
Associação do Parque de Ciências e Tecnologia do Porto	502 772 271	Rua Eng.º Frederico Ulrich, n.º 2650 4470-605 Moreira da Maia	Promoção, instalação e desenvolvimento de um parque de ciência e tecnologia que possa contribuir para a investigação científica e para o desenvolvimento tecnológico do País.	Quota Inicial de 10.000	Não detida a 100%
Fundação da Juventude	502 263 342	Rua das Flores, n.º 69 4050-265 Porto	Promover, realizar e apoiar acções que facilitem a entrada de jovens na vida profissional, intervir activamente nas áreas da cultura, ciência e tecnologia, educação, formação profissional, informação, ambiente e património, desporto e artes plásticas.	Quota Inicial de 24.940	Não integra o SEL
Fundação do Desporto	503 596 744	Rua Pascoal de Melo, n.º 15 1170 Lisboa	A Fundação tem como objeto social apoiar o fomento e o desenvolvimento do desporto, particularmente no domínio da alta competição.	Quota Inicial de 149.639	Não integra o SEL
AdePORTO-Agencia de Energia do Porto	507 886 550	Rua Infante D. Henrique, n.º 42 4050-297 Porto	Contribuir, na sua área de intervenção, para a utilização racional da energia, nomeadamente através do planeamento e gestão da procura de energia, a eficiência energética, a gestão ambiental na interface com a energia, o melhor aproveitamento dos recursos energéticos e o alargamento das boas práticas no planeamento, na gestão, na construção e na mobilidade sustentável.	Quota Inicial de 5.125	Não integra o SEL
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado MAIA IMO	501783 601	Av. João XXI, 63 - 2º 1000-300 Lisboa		100,00%	Não integra o SEL
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado MAIA GOLF	501783 601	Av. João XXI, 63 - 2º 1000-300 Lisboa		100,00%	Não integra o SEL
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado PRAÇA MAIOR	502 318 988	Av. Eng.º Duarte Pacheco Torre 2 1070-102 Lisboa		100,00%	Não integra o SEL

8.2.2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

a) Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação;

Considerando o perímetro de consolidação definido pela Lei das Finanças Locais, as Demonstrações Financeiras (DF'S) apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação, de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites.

- b) Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração dos resultados consolidados;**

Não aplicável.

- c) Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa.**

A composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação sofreu alterações na sequência da concretização, durante o ano 2013, do processo de fusão do Conservatório de Música da Maia na empresa Academia de Artes da Maia – Produção Culturais, E.E.M., fundamentando-se, no entanto, que não se trata de uma alteração significativa. Considerando que, na sequência do referido processo de fusão, foi efetuada a transferência global para a sociedade incorporante – Academia de Artes da Maia – dos elementos ativos e passivos que integravam o património do Conservatório de Música da Maia, não fica prejudicada a análise comparativa na ótica consolidada.

8.2.3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

- a) Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas;**

Extra contabilisticamente foram efetuados aumentos e diminuições nas rubricas de DF'S, tendo em vista:

- i) A eliminação das Participações Financeiras e sua substituição pelos Activos e Passivos das entidades participadas;
- ii) A eliminação de transações recíprocas entre entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- iii) E eliminação dos saldos entre estas mesmas entidades.

- b) Discriminação da rubrica «diferenças de consolidação», com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior;**

Não aplicável.

- c) Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;**

Não aplicável.

- d) Situação em que foi utilizada a faculdade prevista no ponto iv) da alínea a) do item 4.5.4.1. instruções de preenchimento do SATAPOCAL, da não eliminação de operações recíprocas, pelo facto de tais operações acarretarem custos desproporcionados, face aos benefícios da informação;**

Todas as operações recíprocas entre entidades pertencentes ao perímetro de consolidação foram eliminadas, não se aplicando o motivo de desproporcionalidade dos custos para justificar eventuais não eliminações.

- e) Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de uma entidade incluída no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado;**

No decurso do exercício de 2013 foi concluído o processo de fusão do Conservatório de Música da Maia na empresa Academia de Artes da Maia – Produção Culturais, E.E.M., no âmbito do qual foi efetuada a transferência global para a sociedade incorporante – Academia de Artes da Maia – dos elementos ativos e passivos que integravam o património da entidade incorporada.

- f) Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;**

Não aplicável.

- g) Indicação dos montantes dos ajustamentos excecionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;**

Não se registaram quaisquer ajustamentos excecionais para fins exclusivamente fiscais.

- h) Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial;**

Não aplicável.

8.2.4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo:

- a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo (art.º 46, n.º 1, da LFL), desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:**

Quadro 16

Descrição	DIVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZO DO GRUPO MUNICIPAL							Eliminação de créditos/dividas recíprocas	Grupo Público Consolidado		
	MUNICÍPIO DA MAIA	SMAS MAIA	EMEM	ACADEMIA ARTES	MAI AMBIENTE	ESPAÇO MUNICIPAL	TOTAL		2013	2012	Variação
Fornecedores c/c mp	0	19.437.356	0	0	0	0	19.437.356		19.437.356	19.636.376	-1,01%
Empréstimos Obtidos	36.493.707	0	0	0	0	0	36.493.707		36.493.707	43.988.556	-17,04%
Fornecedor de Imobilizado c/c	687.262	252.039	0	0	0	108.210	1.047.511		1.047.511	1.316.222	-20,42%
Total	37.180.969	19.689.395	0	0	0	108.210	56.978.574	0	56.978.574	64.941.155	-12,26%

UnEuros

NOTA: Inclui as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo exigíveis a curto prazo

b) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial.

Quadro 17

Dívidas a terceiros de médio e longo prazos do Grupo Municipal	Exigibilidade dos Passivos									
	Código/designação das contas	Menos de 1 ano			[1 a 4 anos]			Mais de 4 anos		
		2013	2012	Variação %	2013	2012	Variação %	2013	2012	Variação %
Município										
Empréstimos de Médio e Longo Prazo										
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Banco Totta e Açores	2.785.527	2.785.527	0,00%	5.341517	6.791664	-2135%	0	1.335.379	-100,00%	
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BPI	2.016.618	2.016.618	0,00%	3.867.060	4.916.912	-2135%	0	966.765	-100,00%	
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Santander Totta - PREDE	752.732	1.505.464	-50,00%	0	752.732	-100,00%	0	0	-	
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Estado - PREDE	501821	0	-	4.014.570	4.014.570	0,00%	501821	1.003.643	-50,00%	
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BBVA	305.754	300.642	170%	1.290.236	1.261.822	2,25%	3.699.133	4.033.301	-8,29%	
Empréstimo Bancário de M.L.P. ao abrigo da linha de Crédito Bonificado - CGD	889.966	885.677	0,48%	3.587.930	3.551.295	103%	6.939.023	7.866.546	-11,79%	
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo - Millennium BCP	211.465	211.465	0,00%	475.797	687.262	-30,77%	0	0	-	
	7.463.883	7.705.392	-3,13%	18.577.110	21.976.258	-15,47%	11.039.977	15.205.633	-26,74%	
Espaço Municipal										
Locações Financ. - Totta Crédito	29.610	30.000	-130%	63.375	92.595	-3156%	0	0	-	
Locações Financ. - Caixa Leasing	13.769	17.760	-22,47%	1.455	15.703	-90,73%	0	0	-	
	43.379	47.760	-9,17%	64.830	108.299	-40,14%	0	0	-	
SMAS										
Fornecedores c/c - Médio e Longo Prazo - Electricidade de Portugal, S.A.	227.452	99.020	14,29%	2.18.956	1.764.380	20,10%	17.090.948	17.672.976	3,41%	
Fornecedores Imobilizado c/ caucões	0	0	-	252.039	255.141	-122%	0	0	-	
	227.452	99.020	14,29%	2.370.995	2.019.521	17,40%	17.090.948	17.672.976	3,41%	
Total	7.734.714	7.952.173	-2,73%	21.012.935	24.104.077	-12,82%	28.230.924	32.878.610	-14,14%	

8.2.5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros:

Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros da totalidade das transações (art.º 46.º, n.º 1, da LFL), desagregada por tipo.

O mapa dos saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público individual de cada uma das entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação consta de anexo próprio de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (vide Anexo IV) inserindo-se de seguida apenas um mapa resumo em idênticos termos.

Quadro 18

RESUMO DOS SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS DO GRUPO PÚBLICO										
ANO 2013										
Tipo de fluxos	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	172.115	6.403.197	0	6.353.993	221.319	172.115	6.403.197	0	6.353.993	221.319
Transferências - TRSU facturadas aos municípios, por Pagar	1.200.148	6.512.460	0	6.318.157	1.394.450	1.200.148	6.512.460	0	6.318.157	1.394.450
Subsídios	255.022	2.771.399	450.000	1.677.554	898.867	255.022	2.771.399	450.000	1.677.554	898.867
Empréstimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Relações comerciais	2.319.162	3.233.658	0	5.522.316	30.503	2.319.162	3.233.658	0	5.522.316	30.503
Participações do capital em numerário	349.159	0	0	0	349.159	349.159	0	0	0	349.159
Participações do capital em espécie	14.133.152	0	0	0	14.133.152	14.133.152	0	0	0	14.133.152
Outros a)	41.336	120.086	0	155.223	6.199	41.336	120.086	0	155.223	6.199
Total	18.470.094	19.040.799	450.000	20.027.244	17.033.649	18.470.094	19.040.799	450.000	20.027.244	17.033.649

Quadro 19

RESUMO DOS SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS DO GRUPO PÚBLICO							
ANO 2013							
Tipo de fluxos	Obrigações/Pagamentos				Saldo final		
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	2012	2011	Variação
Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	172.115	6.403.197	0	6.353.993	221.319	259.703	-14,78%
Transferências - TRSU facturadas aos municípios, por Pagar	1.200.148	6.512.460	0	6.318.157	1.394.450	1.008.231	-
Subsídios	255.022	2.771.399	450.000	1.677.554	898.867	263.556	241,05%
Empréstimos	0	0	0	0	0	0	-
Relações comerciais	2.319.162	3.233.658	0	5.522.316	30.503	2.321.188	-98,69%
Participações do capital em numerário	349.159	0	0	0	349.159	478.858	-27,09%
Participações do capital em espécie	14.133.152	0	0	0	14.133.152	14.008.453	0,89%
Outros a)	41.336	120.086	0	155.223	6.199	223.403	-97,23%
Total	18.470.094	19.040.799	450.000	20.027.244	17.033.649	18.563.392	-8,24%

Un: Euros

Quadro 20

RESUMO DOS SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS DO GRUPO PÚBLICO							
ANO 2013							
Tipo de fluxos	Direitos/Recebimentos				Saldo final		
	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	2012	2011	Variação
Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	172.115	6.403.197	0	6.353.993	221.319	259.703	-14,78%
Transferências - TRSU facturadas aos municípios, por Pagar	1.200.148	6.512.460	0	6.318.157	1.394.450	1.008.231	-
Subsídios	255.022	2.771.399	450.000	1.677.554	898.867	263.556	241,05%
Empréstimos	0	0	0	0	0	0	-
Relações comerciais	2.319.162	3.233.658	0	5.522.316	30.503	2.321.188	-98,69%
Participações do capital em numerário	349.159	0	0	0	349.159	478.858	-27,09%
Participações do capital em espécie	14.133.152	0	0	0	14.133.152	14.008.453	0,89%
Outros a)	41.336	120.086	0	155.223	6.199	223.403	-97,23%
Total	18.470.094	19.040.799	450.000	20.027.244	17.033.649	18.563.392	-8,24%

Un: Euros

8.2.6. Informações relativas a compromissos:

a) **Montante global dos compromissos financeiros que não figure no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adotem o POCAL, a discriminação, por agrupamento económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos para exercícios futuros;**

A totalidade dos compromissos assumidos e não pagos que relevam para a apreciação da posição financeira do Grupo Municipal encontram-se apresentados no Balanço Consolidado, para a totalidade das entidades que integram o perímetro do Grupo Municipal.

Existem Passivos Contingentes já divulgados nas contas individuais e com impacto no Grupo Municipal, relacionados com o processo de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos

empreendimentos habitação social, celebrado em 2004 com a empresa Espaço Municipal.

Relativamente a esse processo a Administração Tributária reclama, em sede de IVA, de juros compensatórios e de mora, o montante de cerca de 4.200.000 €.

b) Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante;

Quadro 21

GARANTIAS PRESTADAS			
Descrição das garantias prestadas	Valor		Norma legal habilitante
	2013	2012	
Município			
Fórum da Maia prestado como garantia a favor do Ministério das Finanças em 2007 no âmbito do processo de execução fiscal existente, em consequência do Município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004.	5.175.787	5.175.787	Art. 195º do Código do Procedimento e do Processo Tributário
Garantia prestada em 2007 a favor do IFADAP - Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura	159.641	159.641	
Garantias prestadas em 2005 a favor do ARHNORTE, IP - Administração da região Hidrográfica do Norte, IP	100.000	100.000	
Garantia prestada em 2005 a favor do IEP - Instituto de Estradas de Portugal	2.500	2.500	
EM EM - Empresa de Estacionamento	n.a	n.a	
Academia das Artes			
Garantias bancárias prestadas, junto do BPI a favor da Direcção Geral dos Impostos para impugnação judicial nos processos relativos a IVA 2003 a 2005	388.600	388.600	Art. 195º do Código do Procedimento e do Processo Tributário
Garantias bancárias prestadas, junto do BPI a favor da Direcção Geral dos Impostos para impugnação judicial nos processos relativos a IVA 2006 a 2007	a)	141024	Art. 195º do Código do Procedimento e do Processo Tributário
Maiambiente			
Bens dados como garantia à AT - Autoridade Tributária para suspensão da execução fiscal em Proc.º por litígio relativo a IVA	a)	1465.377	Artigo 22º do CPPT + Artigo 854º do CPC
Garantia para Agência Portuguesa Ambiente	10.000	10.000	Dec.- Lei nº. 147/2008 de 29 de Julho
Garantia Bancária para CM Maia	255.000	255.000	Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro na sua actual redação
Espaço Municipal			
Fracções habitacionais prestadas como garantias a favor da Direcção Geral do Tesouro referente a liquidações adicionais das finanças relativamente a IVA e IRC dos anos de 2002 a 2008.	3.218.072	3.218.072	Art. 195º do Código do Procedimento e do Processo Tributário
Smas - Serviços Municipalizados	n.a	n.a	

Un: Euros

a) Processo extinto

8.2.7. Informações relativas a políticas contabilísticas:

a) Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões;

Na produção das Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aplicadas as seguintes políticas contabilísticas, tomando como referencial contabilístico o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL):

▪ **Imobilizado:**

- ✓ Os ativos imobilizados encontram-se registados ao custo. Os ativos são depreciados pelo modelo por que se espera que os benefícios económicos do ativo sejam consumidos pela entidade. As taxas de amortização utilizadas pelo Município e pelos Serviços Municipalizados correspondem às taxas previstas na Portaria 671/2000, de 17

de Abril (CIBE); as taxas utilizadas para os ativos das restantes entidades que integram o perímetro de consolidação são as previstas no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro. A utilização de taxas diferentes para ativos conexos com atividades diferentes está associada ao modelo da depreciação económica subjacente a tais ativos, não sendo exequível nem economicamente razoável proceder-se à reclassificação e recálculo de todas as amortizações dos bens das entidades que integram o perímetro de consolidação e não seguem o POCAL como referencial contabilístico, através da aplicação do CIBE.

- ✓ Os investimentos financeiros, que incorporam todas as participações detidas numa percentagem superior a 50%, independentemente do valor da participação, encontram-se registados pelo Método de Equivalência Patrimonial. As restantes entidades estão contabilizadas ao custo de aquisição.

▪ **Locações:**

- ✓ Sempre que em substância são transferidos as vantagens e os riscos associados de um elemento adquirido através de um contrato locação, este é considerado como uma locação financeira e os elementos associados são registados como Activos no Balanço, no enquadramento da predominância da substância económica sobre a forma legal para efeitos de reconhecimento.

▪ **Existências:**

- ✓ As existências encontram-se mensuradas ao menor entre o custo de aquisição e o valor de mercado. Como método de custeio das saídas é adotado o custo médio ponderado.

▪ **Dívidas de Terceiros e a Terceiros:**

- ✓ A mensuração das dívidas de e a terceiros é efetuada pelo valor nominal da contraprestação.
- ✓ As provisões para cobranças duvidosas foram constituídas de acordo com a mora. Assim, para dívidas em mora entre 6 e doze meses foi constituída provisão de 50% e para dívidas em mora há mais de 12 meses foi constituída provisão na totalidade da dívida.

▪ **Empréstimos:**

- ✓ Na contabilização dos empréstimos é adotado o modelo do custo, tendo por base os documentos que titulam os empréstimos.
- ✓ Quando aplicável, são capitalizados custos com empréstimos obtidos, para ativos que se qualificam, ou seja para ativos cujo tempo de produção seja substancial.

▪ **Vendas e Prestações de Serviços:**

- ✓ O rédito das vendas e das prestações de serviços é reconhecido pelo valor nominal.

- **Subsídios do Governo:**
 - ✓ O reconhecimento dos subsídios é efetuado apenas quando haja suficiente segurança de que se encontram cumpridos todos os critérios associados ao seu recebimento, ou seja no momento do pedido de pagamento.

- **Impostos sobre o Rendimento:**
 - ✓ Os impostos são reconhecidos com base no acréscimo. Assim, das diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis resulta o reconhecimento de impostos diferidos.

- **Aplicações de Tesouraria:**
 - ✓ Os instrumentos financeiros cotados em mercado regulamentado e com natureza de disponibilidades são apresentados ao menos entre o valor de mercado e o custo de aquisição.

- **Provisões e Passivos Contingentes:**
 - ✓ Todos os Passivos de tempestividade ou quantia incerta, estimados com fiabilidade, são registados sob a forma de Provisões no Passivo.
 - ✓ As obrigações possíveis que provêm de acontecimentos passados e cuja existência depende da ocorrência de acontecimentos futuros e as obrigações presentes que decorrem de acontecimentos passados mas cuja estimativa de exfluxo não pode ser estimada com fiabilidade, encontram-se divulgadas sob a forma de Passivos Contingentes.

b) Cotações utilizadas para conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira diferente.

Não aplicável.

8.2.8. Informações relativas a determinadas rubricas:

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»;

O valor apresentado na rubrica *Despesas de Instalação* é composto integralmente por registos contabilísticos do Município e respeita a valores associados à elaboração de plano pormenor, e planos urbanísticos para diversas áreas do Concelho, e o da rubrica *Despesas de Investigação e Desenvolvimento*, refere-se principalmente ao Desenvolvimento de Sistemas de Informação e do Portal da Maiambiente.

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões;

Quadro 22

ACTIVO BRUTO

ANO 2013

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates	Doações e trf.	Ajustamentos de Consolidação	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:									
Terenos e recursos naturais	19.281.221	62.912	32.500	0	-10.149	0	57.963	0	19.614.447
Edifícios	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras construções e infra-estruturas	176.684.081	3.500	2.263	0	4.459.353	0	0	0	181.149.196
Bens do património histórico, artístico e cultural	1.321.756	0	2.952	0	0	0	0	0	1.324.708
Outros Bens de domínio público	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Imobilizações em curso	10.605.368	-37.927	2.898.626	0	-11.296.867	0	0	0	2.169.201
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	787.357	0	12.500	0	-899.857	0	0	0	0
	208.679.782	118.486	3.048.841	0	-7.747.520	0	157.963	0	204.257.552
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:									
Despesas de instalação	1.382.969	0	0	0	0	0	0	0	1.382.969
Despesas de investigação e desenvolvimento	231.925	0	0	0	43.320	0	0	0	275.245
Propriedade industrial e outros direitos	1.642.359	0	17.413	0	0	0	0	0	1.659.771
Imobilizações em curso	833.161	-148.014	44.317	0	-62.201	0	0	0	667.263
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	4.090.413	-148.014	61.730	0	-18.881	0	0	0	3.985.248
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:									
Terenos e recursos naturais	44.549.564	-6.453	2.313.813	81.483	1425.938	27.022	0	0	48.174.358
Edifícios e outras construções	389.976.235	19	88.314	0	11500.261	1.035.067	0	0	400.429.762
Equipamento básico	13.439.799	0	134.146	0	11.296	74.968	0	0	14.717.583
Equipamento de transporte	4.770.134	0	168.496	0	0	0	0	0	4.938.630
Ferramentas e utensílios	1.001.304	0	31.659	0	0	14.063	0	0	1.018.900
Equipamento administrativo	3.227.327	0	86.094	0	-25.584	27.793	0	0	3.260.044
Equipamento Informático e Software	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Taras e vasilhame	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros imobilizações corpóreas	12.809.153	96	317.989	0	29.281	1942	31643	0	13.186.219
Imobilizações em curso	5.955.120	5.601	3.199.582	0	-4.131.974	0	0	0	4.998.329
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	754.698	0	1042.817	0	-1042.817	4.698	0	0	750.000
	476.483.395	-736	8.560.220	81.483	7.766.401	1.285.554	31.643	0	491.473.885
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:									
Partes de capital	16.001.026	-754.375	2.000	0	0	214.218	0	-14.482.311	2.552.122
Obrigações e títulos de participação	18.540	0	0	0	0	0	0	0	18.540
Investimentos em imóveis:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Terenos e recursos naturais	4.381.113	0	0	0	0	1543.581	107.293	0	2.944.825
Edifícios e outras construções	10.165.266	0	1070.849	0	0	2.055.976	0	0	9.180.139
Outras aplicações financeiras:	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Depósitos em instituições financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos da dívida pública	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Títulos	13.090.779	-3.446.541	0	0	0	162.541	0	0	9.461.697
Imobilizações em curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	45.656.723	-4.200.916	1.072.849	0	0	3.996.315	107.293	-14.482.311	24.157.322
Total	734.910.313	-4.231.181	12.743.640	81.483	0	5.281.870	296.899	-14.482.311	723.874.008

Un:Euro

Quadro 23

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Ano 2013					
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Ajustamentos de Consolidação	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:					
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0
Edifícios	0	0	0	0	0
Outras construções e infra-estruturas	90.186.702	9.061.435	15.333	0	99.263.470
Bens do património histórico, artístico e cultural	12.152,5	12.735	0	0	134.260
Outros bens de domínio público				0	0
	90.308.227	9.074.170	15.333	0	99.397.731
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
Despesas de instalação	1.353.420	11.976	0	0	1.365.396
Despesas de investigação e desenvolvimento	231.925	43.320	0	0	275.245
Propriedade industrial e outros direitos	1.509.163	105.157	0	0	1.614.320
	3.094.508	160.453	0	0	3.254.961
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	109.436.906	9.663.001	-15.179	0	118.948.189
Equipamento básico	11.183.821	1.290.609	-71.166	0	12.403.264
Equipamento de transporte	4.364.088	307.319	0	0	4.671.407
Ferramentas e utensílios	926.514	38.485	-10.902	0	954.097
Equipamento administrativo	2.889.858	138.275	-27.707	0	3.000.426
Equipamento informático e software	0	0	0	0	0
Taras e vasilhame	0	0	0	0	0
Outras imobilizações corpóreas	9.896.272	543.050	-1.494	0	10.437.828
	138.697.458	11.980.739	-262.987	0	150.415.210
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					
Partes de capital	0	186.088	-186.088	0	0
Obrigações e títulos de participação	1.453	0	-454	0	1.000
Investimentos em imóveis:					
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	2.044.484	391.875	-325.593	0	2.110.766
Outras aplicações financeiras:					
Depósitos em instituições financeiras	0	0	0	0	0
Títulos da dívida pública	0	0	0	0	0
Outros títulos	0	0	0	0	0
	2.045.937	577.964	-512.135	0	2.111.765
Total	234.146.130	21.793.327	-759.789	0	255.179.668

Un:Euro

c) **Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período;**

Não aplicável.

d) **Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram;**

Não aplicável.

e) **Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado;**

Não aplicável.

f) **Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado;**

Não aplicável.

g) **Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor;**

Não aplicável.

h) **Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão;**

Não aplicável.

i) **Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável;**

Não aplicável.

j) **Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades;**

Quadro 24

ACTIVIDADE	2013				2012				Variação	
	Vendas	Prestação de Serviços	TOTAL	Peso	Vendas	Prestação de Serviços	TOTAL	Peso	Vendas	Prestação de Serviços
Cultura		15.555	15.555	0,06%		27.686	27.686	0,10%	-	-43,82%
Arrendamento Urbano	5.000	4.360.460	4.365.460	15,55%		4.047.009	4.047.009	14,77%	-	7,75%
Resíduos Sólidos	647	6.663.989	6.664.636	23,74%	1.340	5.971.322	5.972.662	21,80%	-51,74%	11,60%
Aluger Parques e Estacionarr		311.551	311.551	1,11%		313.066	313.066	1,14%	-	-0,48%
Consumo de Água e Saneam	6.703.280	6.791.350	13.494.630	48,07%	6.786.068	6.885.209	13.671.277	49,89%	-1,22%	-1,36%
Serviços Públicos		0	0	0,00%		0	0	0,00%	-	-
Desporto, Cultura e Lazer		1.503.141	1.503.141	5,35%		1.479.405	1.479.405	5,40%	-	1,60%
Educação		902.368	902.368	3,21%		753.784	753.784	2,75%	-	19,71%
Ação Social		561.294	561.294	2,00%		893.830	893.830	3,26%	-	-37,20%
Outros serviços	4.420	252.549	256.970	0,92%	5.971	236.863	242.835	0,89%	-25,97%	6,62%
Total	6.713.347	21.362.257	28.075.604	100,00%	6.793.380	20.608.174	27.401.554	100,00%	1,19%	-3,53%

Un.Euros

k) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

Quadro 25

REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS, DE FISCALIZAÇÃO E ÓRGÃOS DELIBERATIVOS							
Designação dos membros	Funções	Natureza da remuneração atribuída	Remuneração	Valor Anual Bruto	Valor Anual Bruto	Variação	
			Base Mensal	Atribuído	Atribuído	Valor	%
			2013	2012	2012		
Município							
Órgão Executivo							
António Gonçalves Bragança Fernandes	Presidente	Vencimento	3.263	56.978	51.751	5.227	10,10%
António Domingos Silva Tiago	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	2.646	43.686	38.741	4.945	12,76%
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	2.646	43.698	38.579	5.119	13,27%
Mário Nuno Alves Sousa Neves	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	2.646	43.712	38.643	5.069	13,12%
Marta Moreira de Sá Peneda	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	2.646	43.725	38.618	5.107	13,23%
Paulo Fernando Sousa Ramalho	Vereador Meio Tempo	Vencimento	1.500	22.102	20.080	2.022	10,07%
Manuel Marques Nogueira dos Santos a)	Vereador Meio Tempo	-	1.500	18.673	0	18.673	-
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro	Vereador Tempo Inteiro	-	2.646	44.236	0	44.236	-
Mário José Gomes Gouveia	Vereador	b)	-	3.430	2.671	758	28,39%
José Manuel Santos Correia	Vereador	b)	-	4.485	2.290	2.196	95,89%
Maria Inês Loureiro Rodrigues	Vereador	b)	-	3.643	2.671	972	36,37%
Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga	Vereador	b)	-	697	0	697	-
Jorge Luís Ferreira Catarino	Vereador	b)	-	882	0	882	-
Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras	Vereador	b)	-	802	0	802	-
Ana Virgínia da Costa Pereira	Vereador	b)	-	880	0	880	-
Órgão de Fiscalização							
Esteves & Pinho, SROC, Ld.ª	ROC	Honorários	-	19.680	23.616	-3.936	-16,67%
EMEM - Empresa de Estacionamento							
Conselho de Administração							
Mário Nuno Alves de Sousa Neves	Presidente	-	-	0	0	0	-
Marta Moreira de Sá Peneda	Vogal	-	-	0	0	0	-
Paulo Fernando Sousa Ramalho	Vogal	-	-	0	0	0	-
Manuel Marques Nogueira dos Santos a)	Vogal	-	-	0	0	0	-
Órgão de Fiscalização							
MGI, SROC, Lda.	Fiscal Único / ROC	Honorários	-	3.681	3.681	0	0,00%
Academia das Artes							
Conselho de Administração							
Mário Nuno Alves de Sousa Neves	Presidente	-	-	0	0	0	-
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro	Vogal	-	-	0	0	0	-
Manuel Marques Nogueira dos Santos	Vogal	-	-	0	0	0	-
Comissão Liquidatária							
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro	Presidente	-	-	0	0	0	-
Victor Manuel Martins Sampaio Dias	Vogal	-	-	0	0	0	-
José Eduardo Pereira Vieira de Azevedo	Vogal	-	-	0	0	0	-
Órgão de Fiscalização							
MGI, SROC, Lda.	Fiscal Único / ROC	Honorários	-	3.681	3.681	0	0,00%
Malambiente							
Conselho de Administração							
António Domingos da Silva Tiago	Presidente	-	-	0	0	0	-
Paulo Fernando Sousa Ramalho	Vogal	-	-	0	0	0	-
Fernando António Ferreira Leite	Vogal	-	-	0	0	0	-
Órgão de Fiscalização							
J. Guimarães, M.Malheiro e Mário Guimarães, SROC	Fiscal Único / ROC	Honorários	-	3.600	3.600	0	0,00%
Espaço Municipal							
Conselho de Administração							
António Domingos da Silva Tiago	Presidente	-	-	0	0	0	-
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho	Vogal	-	-	0	0	0	-
Inácio Felício Fialho de Almeida	Vogal	Vencimento	-	44.869	41.304	3.565	8,63%
Órgão de Fiscalização							
Adriano Torres, SROC, Unipessoal, LDA	ROC	Honorários	-	11.070	9.600	1.470	15,31%
Conservatório de Música							
Órgão Executivo							
Mário Nuno Alves de Sousa Neves	Presidente	-	-	0	0	0	-
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro	Vogal	-	-	0	0	0	-
Manuel Marques Nogueira dos Santos	Vogal	-	-	0	0	0	-
SMAS - Serviços Municipalizados							
Conselho de Administração							
António Gonçalves Bragança Fernandes	Presidente	-	-	0	0	0	-
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro c)	Vogal	-	-	0	37.907	-37.907	-100,00%
Manuel Marques Nogueira dos Santos c)	Vogal	-	-	0	18.490	-18.490	-100,00%
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho	Vogal	-	-	0	0	0	-

Un: Euros

a) Exerceu funções até ao término do mandato (29/10/2013)

b) Serilhas Presença, Subsídio de Transportes e Ajudas de Custo

c) Passou a ser remunerado pelo Município no exercício de 2013

A remuneração base mensal atribuída aos eleitos locais é igual para todos dentro de cada um dos regimes de funções, vereador a meio tempo ou a tempo inteiro, decorrendo as divergências eventualmente verificadas ao nível do valor anual bruto atribuído de acertos de vencimentos, faltas, ou outros factos com influência direta no processamento de salários. O mesmo princípio se verifica quanto aos demais vereadores, designadamente em matéria de senhas de presenças, cujo valor unitário é legalmente fixado.

l) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação;

Não aplicável.

m) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações;

Não aplicável.

n) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior;

Não aplicável.

o) Demonstração consolidada dos resultados financeiros;

Quadro 26

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS						
Custos e Perdas	Exercícios			Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2013	2012			2013	2012
681 Juros suportados	2.252.000	1.519.704	781 Juros obtidos	217.264	204.410	
682 Perdas em entidades participadas	4.343.052	2.304.168	782 Ganhos em entidades participadas	25	0	
683 Amortizações invest. em imóveis	0	0	783 Rendimentos de imóveis	11.066	10.769	
684 Provisões p/ aplicações financ.	0	0	784 Rendimentos participações capital	107.777	0	
685 Diferenças câmbio desfavor.	0	0	785 Diferenças de câmbio favoráveis	0	0	
687 Perdas na alienação aplic. tesour.	0	0	786 Descontos pronto pagat. obtidos	25.215	23.558	
688 Outros custos e perdas financ.	56.347	34.738	787 Ganhos na alienação aplic. tesour	0	0	
Total de Custos Financeiros	6.651.399	3.858.610	788 Outros proveitos e ganhos financ.	101.289	192.821	
Resultados Financeiros	-6.188.763	-3.427.053	Total de Proveitos Financeiros	462.636	431.557	
Total	462.636	431.557				

Un: Euros

A posição dos resultados financeiros, substancialmente agravada em relação ao exercício anterior, resulta na sua maioria do aumento dos custos financeiros em cerca de 2.792.789 €, uma vez que os proveitos da mesma natureza apresentam uma melhoria a rondar os 31.079 €.

O agravamento destes custos encontra-se fortemente influenciado pelo registo, na entidade consolidante, de juros de mora associados ao Parque Urbano de Avioso e ao reconhecimento dos resultados líquidos negativos dos Fundos de Investimento Imobiliário e da Tecmaia - Parque Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. pela aplicação do MEP - Método de Equivalência Patrimonial.

Quanto aos Proveitos e Ganhos Financeiros salienta-se, por um lado a contabilização em Rendimentos de Participações de Capital, o montante de 107.777 €, oriundos da participação que o Município detém na empresa Águas do Douro e Paiva, e por outro lado, a diminuição da rubrica Outros Proveitos e Ganhos Financeiros, onde são registados as bonificações de juros referentes aos empréstimos bonificados PER – Plano Especial de Realojamento.

As restantes rubricas não apresentam oscilações substanciais.

p) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários;

Quadro 27

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS					
Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2013	2012		2013	2012
691 Transferências capital concedidas	1.656.304	1.945.148	791 Restituição de impostos	0	0
692 Dívidas incobráveis	14.715	0	792 Recuperação de dívidas	0	0
693 Perdas em existências	1.454	374	793 Ganhos em existências	825	739
694 Perdas em imobilizações	1.502.719	250.139	794 Ganhos em imobilizações	1.201.927	1.200.695
695 Multas e penalidades	788	3.427	795 Benefícios de penalidades contr	507.899	557.957
696 Aumento de amortiza. Provisões	0	0	796 Reduções de amortiz.e provisões	567.600	444.417
697 Correções relativas exerc. anteriores	2.307.663	2.187.558	797 Correções relativas exerc. anteriores	455.985	363.653
698 Outros custos e perdas extraor.	226.964	254.996	798 Outros proveitos e ganhos extraor.	2.607.732	4.080.059
			799 Indemnizações recebidas	22.694	39.849
Total de Custos Extraordinários	5.710.607	4.641.643	Total de Proveitos Extraordinários	5.364.662	6.687.368
Resultados Extraordinários	-345.945	2.045.725			
Total	5.364.662	6.687.368			

Un: Euros

Os Resultados Extraordinários gerados por conta do exercício de 2013 perfazem um saldo de (-) 345.945 €, assumindo uma variação negativa de (-) 2.391.670 €, determinada pela influência distinta dos seus dois agregados, por um lado, o expressivo aumento dos custos e perdas, por outro lado, a redução dos seus proveitos e ganhos.

Do lado dos custos, para a formação destes resultados contribui, principalmente, o incremento da rubrica de Perdas em Imobilizações, em cerca de 1.252.581 €, proveniente da menos valia com a transferência de imobilizado corpóreo da empresa Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Património, E.E.M. para o Município, no âmbito da escritura de Dação e Cumprimento.

Do lado dos Proveitos e Ganhos Extraordinários, assinala-se a diminuição de (-) 1.322.706 €, para a qual concorreram a generalidades das entidades, com exceção do Município. Neste âmbito assume especial destaque a rubrica de Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários, associada ao registo dos subsídios ao investimento no município e serviços municipalizados.

q) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;

Quadro 28

PROVISÕES					
	2013				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Ajustamentos de Consolidação	Saldo Final
Provisões para aplicações de tesouraria	0	0	0	0	0
Provisões para cobranças duvidosas	9.910.447	331.002	602.714	48.382	9.687.117
Provisões para riscos e encargos	3.396.660	1.273.394	0	-210.399	4.459.654
Provisões para depreciação de existências	0	0	0	0	0
Provisões para investimentos financeiros	1.453	0	454	0	1.000
Total de Provisões	13.308.561	1.604.395	603.168	-162.017	14.147.771

Un.: Euros

Da análise do Quadro 28, apenas importa destacar o aumento das Provisões para Riscos e Encargos, associados ao conjunto de Processos Judiciais em Curso que o Município detém, classificado como elevado risco de perda.

r) Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos;

Quadro 29

BENS UTILIZADOS NO REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA				
Descrição	2013	2012	Variação	
			Valor	%
Município	-	-	-	-
EMEM - Empresa de Estacionamento	-	-	-	-
Academia das Artes	-	-	-	-
Maiambiente	-	-	-	-
Espaço Municipal				
Escritórios Plaza	289.552	294.754	-5.202	-1,80%
Viatura Renault Mégane	5.399	10.799	-5.399	-100,00%
Viatura Renault Laguna	9.800	19.600	-9.800	-100,00%
Smas - Serviços Municipalizados	-	-	-	-

Un.: Euros

s) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

As dívidas encontram-se todas relevadas no balanço consolidado.

8.2.9. Informações diversas

a) Outras informações exigidas por diplomas legais;

Não aplicável.

b) Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Não aplicável.

2013



maia
CÂMARA MUNICIPAL

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
CONSOLIDADAS**

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Município da Maia**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 499.798.955 euros e um total de fundos próprios de 333.751.599 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 7.217.221 euros), a Demonstração Consolidada de Resultados do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Município da Maia

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município da Maia** em 31 de Dezembro de 2013 e o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

Ênfases

8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

8.1 Conforme referido no documento de Prestação de Contas, e à semelhança dos anos anteriores, o procedimento seguido pelo Município na consolidação de contas, por indicação/sugestão do Grupo de Trabalho do SATAPOCAL, foi o constante da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), ou seja, inclusão apenas das entidades do sector empresarial local onde este é o único detentor do seu capital social, bem como dos Serviços Municipalizados. Pese o facto de o efeito não ser de tal forma materialmente relevante que afecte a leitura das demonstrações financeiras consolidadas apresentadas (não considera a participação detida na Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M.), a adopção dum perímetro alargado em função do controlo, tal como preconizado pela Portaria nº 474/2010, de 1 de Julho e pela Norma Internacional de Contabilidade do Sector Público nº 6 (IPSAS 6) – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, seria em nossa opinião o procedimento mais adequado;

8.2 Tal como referido na Certificação Legal das Contas individuais (parágrafo 8.4), o Município é o único subscritor e titular das Unidades de Participação de 3 (três) Fundos Especiais de Investimento Imobiliário Fechados. Estes fundos, aos quais é aplicado o Método da Equivalência Patrimonial e cujo efeito em 2013 ascendeu a cerca de 3.447.000 euros negativos no Activo e nos Resultados do Município (em termos acumulados os efeitos ascendem a cerca de 7.038.000 euros), evidenciam segundo as suas demonstrações financeiras de 2013 Passivos no montante de

Município da Maia

19.341.881 euros (em 2012 ascendiam a 18.500.586 euros), não foram objecto de integração nas demonstrações financeiras consolidadas, por ser entendimento do Município não revestirem a natureza de entidades do sector empresarial local. Tal como referíamos no passado, pese o facto de não existirem instruções claras e concisas por parte das entidades competentes sobre o tratamento a dar a este tipo de “participações”, e dos potenciais efeitos não porem em causa a relevância e materialidade das demonstrações financeiras apresentadas pelo Município, à semelhança do referido no parágrafo anterior, entendemos que a opção seguida poderia ter sido outra, indo mais ao encontro dos normativos existentes sobre esta matéria;

- 8.3 Os Relatórios de Auditoria emitidos por outros auditores sobre as demonstrações financeiras a 31-12-2013 do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Praça Maior e Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe, contêm uma ênfase alertando para o facto do património dos fundos ser inferior a 5.000.000 euros (ascendendo, respectivamente, a 4.224.009 euros e 364.784 euros), fazendo referência a uma eventual liquidação dos mesmos. Apesar de nada ser referido no Relatório de Auditoria do Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Imo, o seu património revela-se igualmente inferior aos 5.000.000 euros exigíveis pelas disposições legais (ascende a 4.872.904 euros); e
- 8.4 Segundo o ponto 8.2.27 das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados das contas individuais do Município, existem Activos e Passivos contingentes que poderão vir a materializar-se nos exercícios futuros. No entanto, dada a sua natureza e incerteza quanto à efectiva concretização, foram apenas objecto de divulgação, procedimento com o qual concordamos.

Outras Matérias

9 A Certificação Legal das Contas da participada Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M., emitida por outro auditor e com referência ao final de 2013, contém uma ênfase alertando para o facto de se encontrar perdida metade do seu capital, dado o Capital Próprio ascender apenas a 368.465 euros. Refere ainda que o Conselho de Administração deverá deliberar quanto ao futuro da empresa no sentido de dar cumprimento ao previsto nos artigos 62º a 65º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, de forma a garantir a integral realização dos Activos e a liquidação dos Passivos da empresa.

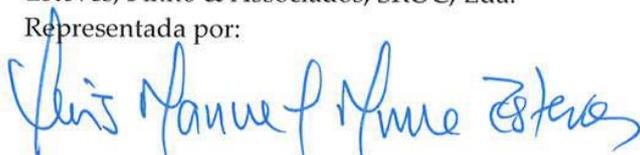
Município da Maia

10 A Certificação Legal das Contas por nós emitida sobre as demonstrações financeiras de 2012, continha 2 (duas) reservas (parágrafos nºs 7 e 8), relacionadas com a participação na Academia das Artes – Produções Culturais, E.E.M. e não ajustamento das estimativas de férias nas entidades que compõem o Grupo Municipal por declaração de inconstitucionalidade emitida pelo Tribunal de Contas em 05-04-2013, as quais deixaram de se verificar.

Maia, 11 de Abril de 2014

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.

Representada por:



Luís Manuel Moura Esteves, ROC

2013



ANEXO I

BALANÇO CONSOLIDADO A 31-12-2013

Ativo	31-Dez-13		31-Dez-12	
	AB	AP	AL	AL
Imobilizado:				
Bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais	19.614.447,45	0,00	19.614.447,45	19.281.220,79
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	181.149.196,09	99.263.470,43	81.885.725,66	86.497.378,72
Bens do património histórico, artístico e cultural	1.324.707,62	134.260,14	1.190.447,48	1.200.230,61
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	2.169.200,52	0,00	2.169.200,52	10.605.367,62
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	787.357,20
	204.257.551,68	99.397.730,57	104.859.821,11	118.371.554,94
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	1.382.969,12	1.365.395,97	17.573,15	29.549,16
Despesas de investigação e de desenvolvimento	275.244,98	275.244,98	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	1.659.771,49	1.614.320,49	45.451,00	133.195,56
Imobilizações em curso	667.262,85	0,00	667.262,85	833.160,51
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
	3.985.248,44	3.254.961,44	730.287,00	995.905,23
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	48.174.357,86	0,00	48.174.357,86	44.549.564,39
Edifícios e outras construções	400.429.761,63	118.948.188,54	281.481.573,09	280.539.328,89
Equipamento básico	14.717.583,40	12.403.263,76	2.314.319,64	2.255.978,29
Equipamento de transporte	4.938.690,23	4.671.406,97	267.283,26	406.106,68
Ferramentas e utensílios	1.018.900,31	954.096,76	64.803,55	74.790,40
Equipamento administrativo	3.260.043,75	3.000.426,05	259.617,70	337.468,91
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	13.186.219,40	10.437.828,37	2.748.391,03	2.912.881,27
Imobilizações em curso	4.998.328,82	0,00	4.998.328,82	5.955.119,91
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	750.000,00	0,00	750.000,00	754.698,06
	491.473.885,40	150.415.210,45	341.058.674,95	337.785.936,80
Investimentos financeiros:				
Partes de capital	2.552.121,78	0,00	2.552.121,78	3.443.177,63
Obrigações e títulos de participação	18.539,77	999,56	17.540,21	17.086,28
Investimentos em imóveis	12.124.964,23	2.110.765,93	10.014.198,30	12.501.895,11
Outras aplicações financeiras	9.461.696,66	0,00	9.461.696,66	12.908.237,49
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	24.157.322,44	2.111.765,49	22.045.556,95	28.870.396,51
Circulante:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	547.437,68	0,00	547.437,68	587.160,89
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	130.296,76	0,00	130.296,76	668.199,18
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
	677.734,44	0,00	677.734,44	1.255.360,07
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos				
Dívidas de terceiros - Curto prazo:	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos concedidos	68.869,54	0,00	68.869,54	71.969,38
Clientes, c/c	4.952.793,40	628.064,80	4.324.728,60	3.499.123,36
Contribuintes, c/c	250.573,99	0,00	250.573,99	245.270,37
Utentes, c/c	173.552,79	0,00	173.552,79	121.932,70
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	8.327.458,01	7.632.723,50	694.734,51	1.119.075,32
Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	35,00	0,00	35,00	35,00
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	245.192,29	0,00	245.192,29	245.880,02
Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros devedores	3.424.292,80	1.426.329,10	1.997.963,70	3.694.645,19
	17.442.767,82	9.687.117,40	7.755.650,42	8.997.931,34
Títulos negociáveis:				
Acções	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações de tesouraria	255.000,00	0,00	255.000,00	0,00
	255.000,00	0,00	255.000,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras e caixa				
Depósitos em instituições financeiras	18.152.202,78	0,00	18.152.202,78	16.189.850,90
Caixa	350.769,05	0,00	350.769,05	275.246,36
	18.502.971,83	0,00	18.502.971,83	16.465.097,26
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	3.811.256,94	0,00	3.811.256,94	2.345.910,00
Custos diferidos	15.470,23	0,00	15.470,23	61.842,43
Activos por Impostos Diferidos	86.530,73	0,00	86.530,73	113.931,68
	3.913.257,90	0,00	3.913.257,90	2.521.684,11
Total de amortizações		255.178.668,39		
Total de provisões		9.688.116,96		
Total do activo	764.665.739,95	264.866.785,35	499.798.954,60	515.263.866,26

	31-Dez-13	31-Dez-12
Fundos próprios e passivo		
Fundos próprios:		
Património	321.239.887,57	321.235.267,52
Outros Instrumentos de Capital Próprio	-278.265,80	0,00
Ajustamento de partes de capital em empresas	-307.312,32	1.158.050,99
Reservas de reavaliação	0,00	0,00
Reservas:	0,00	0,00
Reservas legais	4.399.470,14	4.281.768,68
Reservas estatutárias	0,00	0,00
Reservas contratuais	0,00	0,00
Reservas livres	1.473.226,30	1.201.263,34
Subsídios	1.411.481,20	1.615.733,86
Doações	4.644.436,82	4.594.082,38
Reservas decorrentes de transferências de activos	2.123.267,31	2.100.329,37
Cedências	3.489.054,26	3.489.054,26
Outras	3.158.540,34	3.158.540,34
	0,00	
Resultados transitados	-384.966,42	-2.619.290,59
Resultado líquido do exercício	-7.217.220,60	822.234,81
	333.751.598,80	341.037.034,96
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos	4.459.654,33	3.396.660,24
	4.459.654,33	3.396.660,24
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
Empréstimos de médio e longo prazo	29.306.119,73	36.602.927,43
Fornecedores c/c, mp	19.209.904,09	19.437.355,93
Fornecedores de imobilizado, c/c	727.835,49	942.403,52
	49.243.859,31	56.982.686,88
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
Empréstimos de curto prazo	0,00	60.000,10
Empréstimos mp - Amortizações exigíveis a curto prazo	7.252.417,72	7.493.927,02
Adiantamentos por conta de vendas	8.164,26	0,00
Fornecedores, c/c	2.196.740,54	1.437.555,47
Fornecedores c/c, mp - Amortizações exigíveis a curto prazo	227.451,84	199.020,36
Fornecedores - Facturas em receção e conferência	465.848,63	411.882,11
Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	29.941,04	29.829,24
Fornecedores de imobilizado, c/c	5.844.362,18	1.810.846,81
Fornecedores de imobilizado em receção e conferência	21.561,35	8.213,00
Fornecedores de imobilizado MLP - Amortizações exigíveis a cp	254.844,76	265.520,28
Estado e outros entes públicos	606.608,37	614.843,00
Administração autárquica	0,00	0,00
Outros credores	6.409.927,92	11.833.144,44
Clientes e Utentes com Cauções	1.841.563,66	1.823.060,34
	25.159.432,27	25.987.842,17
Acréscimos e diferimentos		
Acréscimos de custos	5.081.903,24	2.900.972,17
Proveitos diferidos	81.471.534,02	84.271.270,12
Passivos por Impostos Diferidos	630.972,63	687.399,72
	87.184.409,89	87.859.642,01
<i>Total dos fundos próprios e do passivo</i>	499.798.954,60	515.263.866,26

ANEXO II

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA A 31-12-2013

	31-Dez-13	31-Dez-12															
Custos e perdas																	
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:																	
Mercadorias	3.888.558,33	30.995,19															
Matérias	988.578,98	4.516.137,19															
	4.877.137,31	4.547.132,38															
Fornecimentos e serviços externos	20.506.375,93	20.984.530,61															
Custos com o pessoal:																	
Remunerações	20.884.160,06	19.851.657,61															
Encargos sociais	5.715.114,03	4.582.527,87															
	26.599.274,09	24.434.185,48															
Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	2.614.704,73	3.576.386,68															
Amortizações do exercício	20.443.897,57	20.676.355,07															
Provisões do exercício	1.703.882,35	1.016.469,36															
Outros custos e perdas operacionais	1.478.250,78	1.280.309,47															
(A)	78.223.522,76	76.515.369,05															
Custos e perdas financeiros	6.651.399,07	3.858.610,05															
(C)	84.874.921,83	80.373.979,10															
Custos e perdas extraordinários	5.710.607,19	4.641.643,21															
(E)	90.585.529,02	85.015.622,31															
Imposto estimado para o período	16.489,05	149.097,70															
(G)	90.602.018,07	85.164.720,01															
Resultado líquido do exercício	-7.217.220,60	822.234,81															
	83.384.797,47	85.986.954,82															
Proveitos e ganhos																	
Vendas e prestações de serviços:																	
Vendas de mercadorias	6.253,21	3.104,48															
Vendas de produtos	6.647.093,72	6.790.275,47															
Prestação de Serviços	21.422.257,26	20.608.173,73															
	28.075.604,19	27.401.553,68															
Impostos e taxas	34.196.292,69	36.450.365,24															
Variação da produção	0,00	0,00															
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00															
Proveitos suplementares	168.178,41	204.111,81															
Transferências e subsídios obtidos	15.098.672,87	14.777.892,21															
Outros proveitos e ganhos operacionais	18.751,02	34.106,73															
(B)	77.557.499,18	78.868.029,67															
Proveitos e ganhos financeiros	462.636,13	431.557,31															
(D)	78.020.135,31	79.299.586,98															
Proveitos e ganhos extraordinários	5.364.662,16	6.687.367,84															
(F)	83.384.797,47	85.986.954,82															
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31-Dez-13</th> <th>31-Dez-12</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Resultados Operacionais: (B - A)</td> <td>-666.023,58</td> <td>2.352.660,62</td> </tr> <tr> <td>Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)</td> <td>-6.188.762,94</td> <td>-3.427.052,74</td> </tr> <tr> <td>Resultados Correntes: (D - C)</td> <td>-6.854.786,52</td> <td>-1.074.392,12</td> </tr> <tr> <td>Resultado Líquido do Exercício: (F - E)</td> <td>-7.217.220,60</td> <td>822.234,81</td> </tr> </tbody> </table>				31-Dez-13	31-Dez-12	Resultados Operacionais: (B - A)	-666.023,58	2.352.660,62	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	-6.188.762,94	-3.427.052,74	Resultados Correntes: (D - C)	-6.854.786,52	-1.074.392,12	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)	-7.217.220,60	822.234,81
	31-Dez-13	31-Dez-12															
Resultados Operacionais: (B - A)	-666.023,58	2.352.660,62															
Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	-6.188.762,94	-3.427.052,74															
Resultados Correntes: (D - C)	-6.854.786,52	-1.074.392,12															
Resultado Líquido do Exercício: (F - E)	-7.217.220,60	822.234,81															

ANEXO III

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS		
	31-Dez-13	31-Dez-12
RECEBIMENTOS		
Saldo inicial	11.823.515,99	5.641.691,03
Receitas orçamentais	64.741.214,96	82.519.879,79
Correntes	62.608.954,82	78.042.618,65
Capital	2.122.508,47	4.473.848,35
Outras	9.751,67	3.412,79
PAGAMENTOS		
Despesas orçamentais	62.358.960,92	76.338.050,91
Correntes	45.021.279,57	56.511.074,88
Capital	17.337.681,35	19.826.976,03
Saldo final	14.205.770,03	11.823.519,91

ANEXO IV – 1

Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público

ANO 2013

Tipo de fluxos	Espaço Municipal EEM /Município da Maia					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.021.407,53	0,00	346.663,00	674.744,53
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	2.286.914,55	0,00	0,00	2.286.914,55	0,00	0,00	2.313.813,22	0,00	2.313.813,22	0,00
Participações do capital em numerário	74.819,68	0,00	0,00	0,00	74.819,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	12.736.518,30	0,00	0,00	0,00	12.736.518,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	15.098.252,53	0,00	0,00	2.286.914,55	12.811.337,98	0,00	3.335.220,75	0,00	2.660.476,22	674.744,53

a)

Tipo de fluxos	Município da Maia /Espaço Municipal EEM					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	1.021.407,53	0,00	346.663,00	674.744,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	2.313.813,22	0,00	2.313.813,22	0,00	2.286.914,55	0,00	0,00	2.286.914,55	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.819,68	0,00	0,00	0,00	74.819,68
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.736.518,30	0,00	0,00	0,00	12.736.518,30
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	3.335.220,75	0,00	2.660.476,22	674.744,53	15.098.252,53	0,00	0,00	2.286.914,55	12.811.337,98

a)

Tipo de fluxos	Espaço Municipal EEM /SMAS					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	367,23	2.281,77	0,00	2.495,10	153,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	367,23	2.281,77	0,00	2.495,10	153,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

a)

Tipo de fluxos	SMAS/ Espaço Municipal EEM					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	367,23	2.281,77	0,00	2.495,10	153,90
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	367,23	2.281,77	0,00	2.495,10	153,90

a)

Tipo de fluxos	Emp. Metropolitana de Estacionamento da Maia EEM /Município da Maia					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	124.699,47	0,00	0,00	0,00	124.699,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	21.545,66	0,00	21.496,48	49,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	124.699,47	21.545,66	0,00	21.496,48	124.748,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

a) Energia quiosque + 5% protocolo

Tipo de fluxos	Município da Maia/ Emp. Metropolitana de Estacionamento da Maia EEM					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124.699,47	0,00	0,00	0,00	124.699,47
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.545,66	0,00	21.496,48	49,18
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124.699,47	21.545,66	0,00	21.496,48	124.748,65

a)

ANEXO IV – 2

Tipo de fluxos	Emp. Metropolitana de Estacionamento da Maia EEM /SMAS					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	28,76	477,27	0,00	480,95	25,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	28,76	477,27	0,00	480,95	25,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

a)

Tipo de fluxos	SMAS/ Emp. Metropolitana de Estacionamento da Maia EEM					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28,76	477,27	0,00	480,95	25,08
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28,76	477,27	0,00	480,95	25,08

a)

Tipo de fluxos	Maiambiente EEM/Município da Maia					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400.000,00	450.000,00	950.000,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	3.750,00	45.000,00	0,00	45.000,00	3.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	99.759,58	0,00	0,00	0,00	99.759,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	1.396.634,11	0,00	0,00	0,00	1.396.634,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	35.186,18	24.740,25	0,00	59.926,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.535.329,87	69.740,25	0,00	104.926,43	1.500.143,69	1.400.000,00	450.000,00	950.000,00	0,00	0,00

a) Vencimento dos funcionários cedidos à Maiambiente

Tipo de fluxos	Município da Maia / Maiambiente, EEM					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	1.400.000,00	0,00	450.000,00	950.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.750,00	45.000,00	0,00	45.000,00	3.750,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.759,58	0,00	0,00	0,00	99.759,58
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.396.634,11	0,00	0,00	0,00	1.396.634,11
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.186,18	24.740,25	0,00	59.926,43	0,00
Total	0,00	1.400.000,00	0,00	950.000,00	0,00	1.535.329,87	69.740,25	0,00	104.926,43	1.500.143,69

a) Vencimento dos funcionários cedidos à Maiambiente

Tipo de fluxos	Maiambiente, EEM/SMAS					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	169.486,07	6.319.001,51	0,00	6.269.189,05	219.298,53
Transferências - TRSU facturadas aos municípios, por Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.147,64	6.512.459,74	0,00	6.318.157,47	1.394.449,91
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	864,65	5.371,60	0,00	5.171,95	1.064,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	6.150,00	73.800,00	0,00	73.800,00	6.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	7.014,65	79.171,60	0,00	78.971,95	7.214,30	1.369.633,71	12.831.461,25	0,00	12.587.346,52	1.613.748,44

a) Trabalhos especializados

Tipo de fluxos	SMAS/Maiambiente, EEM					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências - TRSU facturadas e Pagas, por transferir	169.486,07	6.319.001,51	0,00	6.269.189,05	219.298,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências - TRSU facturadas aos municípios, por Pagar	1.200.147,64	6.512.459,74	0,00	6.318.157,47	1.394.449,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	864,65	5.371,60	0,00	5.171,95	1.064,30
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.150,00	73.800,00	0,00	73.800,00	6.150,00
Total	1.369.633,71	12.831.461,25	0,00	12.587.346,52	1.613.748,44	7.014,65	79.171,60	0,00	78.971,95	7.214,30

a) Trabalhos especializados

ANEXO IV – 3

Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
	Transferências	0,00	54.043,00	0,00	54.043,00	0,00	2.629,23	30.152,18	0,00	30.761,04
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	427.480,13	0,00	427.480,13	0,00	0,00	428.876,27	0,00	428.876,27	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	481.523,13	0,00	481.523,13	0,00	2.629,23	459.028,45	0,00	459.637,31	2.020,37

a)

Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
	Transferências	2.629,23	30.152,18	0,00	30.761,04	2.020,37	0,00	54.043,00	0,00	54.043,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	428.876,27	0,00	428.876,27	0,00	0,00	427.480,13	0,00	427.480,13	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.629,23	459.028,45	0,00	459.637,31	2.020,37	0,00	481.523,13	0,00	481.523,13	0,00

a)

Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
	Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	224.121,99	0,00	0,00	0,00	224.121,99	30.900,00	349.991,14	0,00	380.891,14	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	385,77	9.016,56	0,00	9.402,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	49.879,78	0,00	0,00	0,00	49.879,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	274.387,54	9.016,56	0,00	9.402,33	274.001,77	30.900,00	349.991,14	0,00	380.891,14	0,00

a)

Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
	Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	30.900,00	349.991,14	0,00	380.891,14	0,00	224.121,99	0,00	0,00	0,00	224.121,99
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	385,77	9.016,56	0,00	9.402,33
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.879,78	0,00	0,00	49.879,78
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	30.900,00	349.991,14	0,00	380.891,14	0,00	274.387,54	9.016,56	0,00	9.402,33	274.001,77

a)

Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
	Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	26.850,58	0,00	0,00	1.340,70	25.509,88	0,00	1.340,70	0,00	1.340,70	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	26.850,58	0,00	0,00	1.340,70	25.509,88	0,00	1.340,70	0,00	1.340,70	0,00

a)

Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
	Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	1.340,70	0,00	1.340,70	0,00	26.850,58	0,00	0,00	1.340,70	25.509,88
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	1.340,70	0,00	1.340,70	0,00	26.850,58	0,00	0,00	1.340,70	25.509,88



maia
CÂMARA MUNICIPAL